



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
CURSO DE LICENCIATURA EM LINGUAGENS E CÓDIGOS LÍNGUA
PORTUGUESA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LINGUAGENS E
CÓDIGOS LÍNGUA PORTUGUESA

São Bernardo – MA
2017

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
2 JUSTIFICATIVA	6
2.1 Um Breve Histórico	8
3 BASES LEGAIS	15
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA E PEDAGÓGICA	29
4.1 Dos pontos de articulação entre as áreas e da identidade da formação	32
5 OBJETIVOS	35
5.1 Geral	35
5.2 Específicos	35
6 PERFIL DO EGRESSO	36
7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	37
8 CAMPO DE ATUAÇÃO DO EGRESSO	40
9 REGIME ACADÊMICO	41
10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	42
10.1 Núcleo de Formação Específica	42
10.2 Núcleo de Formação Interdisciplinar	42
10.3 Núcleo de Formação Pedagógica	43
10.4 Ensino, Pesquisa e Extensão	43
11 METODOLOGIA	46
12 ESTRUTURA CURRICULAR	48
12.1 Componentes Curriculares	48
12.1.1 Estágio obrigatório	50
12.1.2 Atividades Complementares	52
12.1.3 Prática de Ensino como Componente Curricular (PCC)	53
12.1.4 Trabalho de Conclusão de Curso	54
12.2 Sequência Aconselhada	55
12.2.1 Fluxograma da Sequência Aconselhada	59
12.3 Integralização Curricular	60
12.4 Quadro Equivalências de Disciplinas	60
12.5 Quadro de Implantação Progressiva do Novo Currículo	63
13 INTEGRAÇÃO COM A REDE PÚBLICA DE ENSINO	64
14 SISTEMA DE AVALIAÇÃO	66
14.1 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem	66
14.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	67
14.2.1 Núcleo Docente Estruturante (Ordem de serviço nº 024/2016)	69
14.3 Avaliação do Docente	69
15 CONDIÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO	70
15.1 Corpo Docente do Curso	70
15.2 Corpo Técnico Administrativo	71

15.3 Infraestrutura	71
15.3.1 Política de Inclusão	71
16 EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS	74
16.1 Núcleo de FormaçãoEspecífica	74
16.2 Núcleo de FormaçãoInterdisciplinar	86
16.3 Núcleo de FormaçãoPedagógica	91
16.4 PráticacomoComponente Curricular	99
Referências	103

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome: Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa

Título: Licenciado em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa

Instituição de Ensino Superior: Universidade Federal do Maranhão

Endereço, CEP e Fone: Rua Projetada, S/N - Perímetro Urbano – CEP: 65550-000
– (98) 32729662 / 32721410 / 32729765

Modalidade: Presencial

Grau: Licenciatura

Código E-MEC: 1117823

Vagas Anuais: 40 (entrada única anual)

Turno de Funcionamento: Vespertino

Município (*Campus*) de Oferta: São Bernardo

Regime Letivo: Semestral

Período Mínimo para a Integralização do Curso: 8 (oito) semestres letivos

Período Máximo para a Integralização do Curso: 12 (doze) semestres letivos

Carga Horária Prevista:

- a) Carga horária de estágio obrigatório: **400 horas**
- b) Carga horária de prática como componente curricular (PCC): **405 horas**
- c) Carga horária das atividades complementares: **200 horas**
- d) Carga horária dos outros componentes curriculares: **2.370 horas**
- e) Carga horária total: **3.390 horas**

2 JUSTIFICATIVA

O curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa, Campus São Bernardo, completou seis anos de funcionamento, suscitando muitas reflexões dos membros de seu colegiado desde sua implantação, principalmente a respeito de três subtemas, quais sejam: o caráter interdisciplinar do curso; uma carga horária muito extensa (3.680 horas), inviabilizando a conclusão das disciplinas em apenas oito semestres letivos; e a deficitária formação das cinco áreas (Artes Visuais, Música, Inglês, Espanhol e Português), que dava pouca segurança aos discentes em sua preparação para a carreira docente, pois, tendo que concorrer com outros graduados nas mesmas áreas, encontravam-se em desvantagem, devido ao número reduzido de disciplinas que pudessem formá-los melhor para o ensino de Língua Portuguesa, fosse para o Ensino Fundamental ou Ensino Médio.

Diante disso, desde 2016, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos (CLLC), comissão responsável pela reformulação do projeto pedagógico do curso (PPC), sua implementação e desenvolvimento, vinha refletindo sobre a necessidade de uma mudança na matriz curricular e no perfil do egresso, ainda levando em consideração uma real perspectiva interdisciplinar.

No tocante à demanda com base em instruções legais, a reformulação do PPC se dá fundamentada na publicação e cumprimento da Resolução CNE/CP N.º 2, de 1º de Julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada no país.

As mudanças, nesse sentido, concentram-se em medidas relativas à adequação às novas cargas horárias mínimas para as atividades formativas (2.200 horas) e para a prática como componente curricular (400 horas), bem como, por consequência, à carga horária mínima total do curso (3.200 horas). Respondendo, ainda, à mesma demanda criada pela citada resolução, o novo projeto busca deixar mais clara a inserção da prática como componente curricular (doravante, PCC) e suas especificidades na matriz e na estrutura curricular, adequando este núcleo à característica interdisciplinar do curso, bem como inserir no currículo e atividades,

definitivamente, os conteúdos e ferramentas de ensino-aprendizagem relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Para tanto, o NDE procedeu às seguintes alterações, o que acreditamos, poderá favorecer grandemente a formação dos alunos do CLLC – Campus São Bernardo, a fim de atuarem como professores na área de Língua Portuguesa:

- A carga horária total do curso, que antes totalizava 3.680 horas, agora conta com 3.390 horas em sua matriz curricular;
- A formação nas áreas de Inglês, Espanhol, Artes Visuais e Música, que antes permitia aos graduados ensinar no Ensino Fundamental, agora são apenas contributas para a formação na área de Língua Portuguesa, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio;
- A carga horária das disciplinas específicas do curso, que dá aos alunos licença para ensinar a Língua Portuguesa que antes era de 780 horas, teve acrescida mais 335 horas, totalizando 1.115 horas;
- A área de Música agora tem seu próprio projeto, o que também a torna uma licenciatura interdisciplinar independente;
- As áreas de Língua Inglesa, Língua Espanhola e Artes Visuais, que antes eram trabalhadas de forma disciplinar e focadas em seu ensino específico, passam a ter um real foco interdisciplinar, sempre colaborando com a formação do discente para a área de Língua Portuguesa;
- A carga horária ministrada pelos professores das áreas de Língua Inglesa, Língua Espanhola e Artes Visuais, não ficou comprometida, pois apesar de compreender apenas três disciplinas em cada área no CLLC – Língua Portuguesa, o curso de Música e o curso de Turismo têm na sua matriz curricular, cada um, uma disciplina de Inglês Instrumental e Espanhol Instrumental. Evidencia-se ainda, que o curso de música possui duas disciplinas da área de Artes Visuais e em Turismo, mais uma. Dessa forma, a distribuição das disciplinas dessas áreas fica organizada da seguinte forma: Inglês (5 disciplinas), Espanhol (5 disciplinas) e Artes Visuais (6 disciplinas) nos cursos supracitados do *Campus* de São Bernardo, sem prejuízo algum para os professores lotados no CLLC – Português.

2.1 Um Breve Histórico

O Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa (LCSB) da UFMA é uma proposta de formação interdisciplinar de professores da área de Linguagens e Códigos (tendo a Língua Portuguesa como grande área e as áreas de Língua Espanhola, Língua Inglesa e Artes Visuais como contributas em uma perspectiva interdisciplinar), para atuarem como professores de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental (séries finais) e no Ensino Médio.

Este Projeto Político Pedagógico é o resultado do trabalho desenvolvido nos anos de 2016 e 2017, a partir de reflexões e percepções durante os seis anos de curso, a partir dos quais se percebeu a necessidade de reformular e apresentar uma nova proposta de formação de professores no âmbito das licenciaturas interdisciplinares, considerando a demanda dos estudantes da região por uma formação mais pautada nos estudos linguísticos e literários, mas ainda considerando como de capital importância o viés interdisciplinar proporcionado por outras áreas de conhecimento: (línguas estrangeiras: Inglês e Espanhol e Artes Visuais).

Originalmente, o curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos, no *Campus* de São Bernardo, foi criado pela Resolução N.º 138-CONSUN, de 24 de maio de 2010. O *Campus* foi instituído pela Resolução N.º 139-CONSUN, de 25 de maio de 2010, no âmbito da adesão da Universidade ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O acordo de adesão da Universidade ao REUNI, na gestão do Reitor, Prof. Dr. Natalino Salgado Filho, implicou na criação do *campus* e do curso, cuja ideia básica era expandir o raio de atuação e inserção da Universidade no âmbito do Estado do Maranhão, constituindo projetos inovadores de formação de professores com o objetivo de contribuir para a elevação da qualidade do ensino da Educação Básica.

A Comissão de Trabalho que elaborou o projeto original, instituída pela Portaria Nº 140/2009-PROEN, foi formada por Aldir Araújo Carvalho Filho, Andréa Rejane Melo Brito, Delene Thais Sousa Pimentel, Iran de Maria Leitão Nunes, Jaciara Lemos Botelho, João de Deus Mendes da Silva, Luciana Alves da Silva, Luísa Maria Pereira Osório da Fonseca, Marco Aurélio Aparecido da Silva, Maria Aracy Bonfim, Maria Célia Macedo Araújo Melo, Maria da Graça Magalhães, Maira

Teresa Gonçalves Rocha, Marta Maria Portugal Parada e Mônica Fontenele Carneiro.

O primeiro processo de reformulação do projeto, com vistas a sua consolidação, foi iniciado por uma Comissão de Organização Curricular instituída pela Portaria GR N.º 134-MR, em março de 2012, e complementada em agosto de 2012, por Comissão instituída pela Portaria GR N.º 394-MR e formada por Sônia Maria Corrêa Pereira Mugschl, Agnaldo José da Silva, Antonio José da Silva, Cíndia Brustolin, Clara Virgínia Vieira Carvalho Oliveira Marques, Cristiane Dias Martins da Costa, Cristiano Braga de Oliveira, Elisângela Sousa de Araújo, Eráclito de Souza Argolo, Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira, Ilka Cristina Diniz Pereira, Isabel Ibarra Cabrera, João de Deus Mendes da Silva, Josenildo Campos Brussio, Kátia Cilene Ferreira França, Kelly LislieJulio, Lorena de Carvalho Martiniano, Luciana Alves da Silva, Maria do Rosário de Fátima Fortes Braga, Maria José Santos, Maria Lourdilene Vieira Barbosa, Maira Teresa Gonçalves Rocha, Rachel Sousa Tavares, Ramon Luís de Santana Alcântara, Rickley Marques e Wheriston Silva Neris.

Esse projeto foi construído no âmbito dos seminários das licenciaturas interdisciplinares realizados pela Pró-Reitoria de Ensino nos *Campus* de Codó (março/2012), Bacabal (maio/2012), São Luís (junho/2012), Imperatriz (agosto/2012) e Pinheiro (outubro/2012), refinado pelos trabalhos técnicos encetados no âmbito da Comissão de Reformulação dos Projetos Político Pedagógicos, instituída pela Portaria GR 50-MR/2013 e formada por Sônia Maria Corrêa Pereira Mugschl, Isabel Ibarra Cabrera, Katia Cilene Ferreira França, Clara Virgínia Vieira Carvalho Oliveira Marques, Jocilene Mary Lima da Silva, Luciana Alves da Silva e JhonatanUelson Pereira Sousa de Almada; e Comissão de Organização Curricular/Subcomissão de Linguagens e Códigos, instituída pela Portaria GR 51-MR/2013 e formada por Sônia Maria Corrêa Pereira Mugschl, Kátia Cilene Ferreira França, Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira, Rachel Sousa Tavares, Cristiano Braga de Oliveira, Edmilson Moreira Rodrigues e Maira Teresa Gonçalves Rocha.

Essa Comissão teve a colaboração do Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto (Universidade de São Paulo) enquanto consultor. Assim, o projeto acima citado baseou-se numa matriz curricular disciplinar sem perder de vista a interdisciplinaridade, ampliando a área de atuação profissional do egresso para o Ensino Médio, adotando o regime acadêmico existente na Universidade e se

constituindo em uma formação interdisciplinar conexa a uma formação específica, fortalecendo o perfil profissional do egresso do curso.

Em paralelo foram desenvolvidos trabalhos no âmbito da Comissão de Estágio, instituída pela Portaria GR Nº 135-MR e formada por Maria José dos Santos, Edmilson Moreira Rodrigues, Cristiane Dias Martins da Costa, Sandra Maria Barros Alves de Melo, Clara Virgínia Vieira Carvalho Oliveira Marques, Marize Barros Rocha Aranha, Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira, Maria do Rosário Fortes Braga e Maryjane da Conceição Cruz; e no âmbito da Comissão de Registro Acadêmico, instituída pela Portaria GR Nº 133-MR, formada por João de Deus Mendes da Silva, Ubiratane de Moraes Rodrigues, Alex de Sousa Lima, Leonardo Dominici Cruz, Cíndia Brustolin, Rickley Leandro Marques, Nágila Yasmin Queiróz Alves e ThaizeNayanne Moura Silva.

O segundo processo de reformulação teve seu início no ano de 2016, a partir do mês de abril, agora já balizado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de CLLC, composto pelos professores Bergson Pereira Uta, Cláudia Letícia Gonçalves Moraes, Eliane Pereira dos Santos, Maira Teresa Gonçalves Rocha e Edmilson Moreira Rodrigues, como a colaboração dos professores Maria Francisca da Silva e Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho, segundo Ordens de Serviço N.º 011/2014 e 024/2016 e ainda, contribuindo com os trabalhos desta comissão as professoras, Ana Stela de Almeida Cunha e Janine Alessandra Perini.

Passados seis anos de existência do Curso, e da experiência entre professores e discentes, viu-se a necessidade de reformulá-lo, o que culminou na presente proposta. Inicialmente, este curso se baseava na matriz por competências, restringindo a área de atuação profissional do egresso às séries finais do Ensino Fundamental, e previa uma segunda licenciatura e a criação de um regime acadêmico próprio em paralelo ao vigente para os demais cursos da Universidade.

Na reformulação proposta em 2012, esta matriz foi reelaborada, ponderando os seguintes aspectos: a matriz de competências criava grandes dificuldades para sua efetivação, tendo em vista não haver conteúdo ou componente curricular, apenas indicativo de competências e temas, bem como uma sistemática de avaliação que não previa aprovação/reprovação; a previsão de segunda licenciatura existe apenas em caráter emergencial, nos termos da Resolução CNE/CP N.º 1, de 11 de fevereiro de 2009; que instituir um regime acadêmico específico acresceria em

complexidade os procedimentos de matrícula, trancamento, avaliação e outras situações acadêmicas destes estudantes.

No âmbito do já historicizado, é importante destacar que havia uma área de atuação também em Música para que os alunos pudessem atuar no Ensino Fundamental – séries finais, o que não mais faz parte desta nova matriz, pois o curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Música tem seu próprio projeto e passa a licenciar alunos na referida área. Nesta nova conjuntura, as áreas de Língua Inglesa, Língua Espanhola e Artes Visuais se tornam contributas, já que não mais servem como habilitação e os egressos do curso não mais irão atuar como professores das séries finais do Ensino Fundamental, tendo consolidada apenas a habilitação para o Ensino Fundamental e Médio em Língua Portuguesa.

Versando sobre os conceitos e aplicações da interdisciplinaridade, existe uma clara tendência por parte das diretrizes e orientações nacionais formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional de Educação (CNE) no sentido de destacarem sua importância no âmbito da Educação Básica, o qual deve ser levado em apreço nos cursos de formação de professores. Se considerarmos a complexidade dos problemas que se apresentam na realidade contemporânea, o trabalho interdisciplinar se torna cada vez mais indispensável na identificação de encaminhamentos e soluções viáveis a esses problemas complexos.

O mesmo se observa quanto à pós-graduação, com inúmeros programas de mestrado e doutorado interdisciplinar, os quais primam pelo diálogo entre os campos das Ciências Humanas e das Ciências Naturais com vistas ao enfrentamento de problemas complexos que exigem um olhar interdisciplinar para sua compreensão. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em seu novo formato institucional que contemplou a Educação Básica, tem estimulado seminários e encontros acadêmicos internacionais sobre a interdisciplinaridade e a formação docente, visando subsidiar a melhoria da qualidade dos cursos oferecidos no Brasil.

Observamos também que as licenciaturas interdisciplinares estão em processo de expansão e consolidação em inúmeras instituições públicas de ensino superior, constituindo atualmente uma nova perspectiva para a formação de professores da Educação Básica, tanto que muitas universidades federais estão oferecendo cursos de licenciaturas nessa nova arquitetura curricular, tais como:

- Universidade Federal do Maranhão
- Universidade Federal de Roraima
- Universidade Federal do Mato Grosso
- Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri
- Universidade Federal de Juiz de Fora
- Universidade Federal do ABC
- Universidade Federal do Oeste do Pará
- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
- Universidade Federal da Bahia
- Universidade Federal do Pampa
- Universidade Federal do Paraná
- Universidade Federal da Integração Latino-Americana
- Universidade Federal da Fronteira Sul

Com essa expansão, observamos o quanto tal proposta apresenta-se como inovadora para a formação de professores da Educação Básica, que tem como centralidade o diálogo entre as diferentes áreas de conhecimento. No âmbito da própria Universidade Federal do Maranhão, como exemplo de proposta interdisciplinar, foi implantado no ano de 2015, no *Campus* de São Luís, o curso de graduação em Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, reforçando as propostas interdisciplinares nos *campi* da UFMA.

Por outro lado, os concursos públicos para professores de inúmeros municípios e estados exigem, para as funções/cargos para a docência da Educação Básica, as áreas contempladas pelas licenciaturas interdisciplinares (Linguagens, Ciências Humanas e Ciências Naturais), o que já é uma realidade, uma vez que vários egressos destas áreas foram aprovados em concursos e atuam no mundo do trabalho.

Atento a esse cenário nacional favorável aos cursos de licenciatura interdisciplinar, o Ministério da Educação criou uma comissão para elaborar os referenciais orientadores das licenciaturas interdisciplinares, com vistas à regulação pelo Conselho Nacional de Educação. Essa regulação já existe para os bacharelados interdisciplinares e agora deverá contemplar as licenciaturas interdisciplinares. Nos documentos normativos que versam sobre as novas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB N.º 04/2010 - DCNEB,

Parecer CNE/CEB N.º 07/2010) e para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB N.º 02/2012 – DCNEM e, o Parecer CNE/CEB N.º 05/2011) observa-se claramente um novo panorama para a Educação Nacional, preconizando a necessidade de um ensino interdisciplinar, conforme podemos observar, nas DCNEM, conforme se observa na citação abaixo:

Art. 8º O currículo é organizado em áreas de conhecimento, a saber:

I. Linguagens;

II. Matemática;

III. Ciências da Natureza;

IV. Ciências Humanas.

§ 1º O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos (BRASIL, 2012, p. 2, 3).

A Universidade Federal do Maranhão, na gestão da Reitora Prof.^a Dra. Nair Portela, conforme disposto no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2012-2016, tem como um dos seus principais objetivos a oferta de formação de professores da Educação Básica com qualidade social que possa atender as demandas regionais e locais em tempo hábil, contribuindo para a inserção relevante da Universidade no âmbito da sociedade que a sustenta e desafia com seus problemas de diversas ordens.

Esta licenciatura é ofertada regularmente, com uma entrada anual de 40 vagas, em São Bernardo. O município, situado na região do Baixo Parnaíba¹, foi criado pela Lei Estadual N.º 875, de 15 de julho de 1935, após inúmeras incorporações e desmembramentos. Tem uma área de 1.006,65 km², com uma população de 28.020 habitantes (IBGE, 2016). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,572 (2010) e o Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 230.394,00 (2014), com PIB per capita de R\$ 8.347,93 (2014). As principais atividades econômicas são o comércio e serviços, seguidos pela agricultura e uma incipiente produção industrial.

O cenário educacional de São Bernardo, conforme dados do último Censo Escolar, aponta uma rede com razoável qualificação do corpo docente (69% com

¹O Território Baixo Parnaíba - MA abrange uma área de 19.178,80 Km² e é composto por 16 municípios: Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araiões, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Tutóia, Urbano Santos e Mata Roma.

formação em nível superior), porém, com um baixíssimo nível de aprendizado dos alunos: conforme dados da Prova Brasil de 2011, menos de 7% dos alunos aprendem o que deveriam quanto à Língua Portuguesa e à Matemática. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2015 é de 4,8 nas séries iniciais do Ensino Fundamental e de 3,7 nas séries finais do Ensino Fundamental, bem abaixo das médias nacional e estadual.

O desafio posto à UFMA/*Campus* de São Bernardo, e ao Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa em particular, é não apenas oferecer uma formação que possibilite aos egressos efetivamente contribuir para a aprendizagem dos alunos da Educação Básica, mas também auxiliar na implementação do projeto pedagógico, contribuindo com a melhoria da qualidade do ensino oferecido pela rede pública.

A partir de uma formação docente que implica questões de múltiplas naturezas, com enfoques políticos, epistemológicos, culturais e profissionais, se constituindo num processo multifacetado, a formação de professores pelas licenciaturas interdisciplinares, mais especificamente no contexto da Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa, pode contribuir para uma mudança paradigmática nesta área, rompendo com limites disciplinares historicamente instituídos.

3 BASES LEGAIS

A proposta do curso de licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Maranhão, *Campus* de São Bernardo, está fundamentada legalmente no disposto pelos seguintes documentos:

I. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Art. 207 – As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

II. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996);

Art. 62. A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A Constituição Federal de 1988, em relação às constituições anteriores, é a primeira que estabelece que as universidades gozam de autonomia e se caracterizam pela articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. As instituições federais de ensino superior integram o sistema federal de ensino, cuja gestão e regulação são responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), ladeado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Em face disso, é fundamental que o projeto político pedagógico deste curso se atenha também às regulações infraconstitucionais que disciplinam a formação de professores para a Educação Básica.

Entre essas regulações, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei N.º 9.394/1996) tem caráter basilar. Ela determina que a formação docente para o exercício do magistério da Educação Básica se dará em licenciaturas de graduação plena. Ao estabelecer a formação em nível superior nos cursos de licenciatura como condição *sinequa non* para a formação docente, a LDB representa um avanço em relação aos modelos anteriores, em que essa formação era um *plus* ou um apêndice dos bacharelados.

A LDB também estimula que os cursos de formação de professores sejam, em parte, oferecidos fazendo uso de recursos e tecnologias da Educação a Distância (Art. 62, § 3º). Nesse sentido, este Curso poderá oferecer até 20% (vinte por cento) da carga horária total à distância, sendo que as disciplinas poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente à distância, nos termos da Portaria N.º 4.059, de 10 de dezembro de 2004, do Ministério da Educação. Essa oferta será implantada de forma gradual e mediante o desenvolvimento da infraestrutura tecnológica necessária para tanto.

III. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências;

A Emenda Constitucional N.º 59/2009 (EC N.º 59/2009) mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Portanto, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução. Diante desse contexto, não há como trabalhar de forma desarticulada, porque o foco central deve ser a construção de metas alinhadas ao PNE. Apoiar os diferentes entes federativos nesse trabalho é uma tarefa que o Ministério da Educação (MEC) realiza por intermédio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE). O alinhamento dos planos de educação nos estados, no Distrito Federal e nos municípios constitui-se em um passo importante para a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE), pois esse esforço pode ajudar a firmar acordos nacionais que diminuirão as lacunas de articulação federativa no campo da política pública educacional. (PNE, 2014, p. 5).

Como se pode constatar é uma proposta de ação ampla e que envolve todas as unidades federativas e seus municípios. Parece-nos cada vez mais premente a necessidade de nosso curso alinhar-se às metas do PNE – Plano Nacional de Educação, de forma a garantir que esteja de acordo com as normativas federais que, por sua vez, estão no núcleo das normativas estaduais e municipais e com as DCN (2015).

IV. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;

Conforme claramente identificado no Art. 4º, a avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica, fazendo-o por meio de procedimentos e instrumentos diversificados, com visitas *in loco* por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento, podendo resultar na atribuição de conceitos.

V. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

Por meio desta Lei, institui-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

VI. Decreto N.º 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;

Por meio deste Decreto, foram estabelecidas funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no Sistema Federal de Ensino, que serão realizados por meio de atos administrativos autorizativos do funcionamento de tais instituições e seus respectivos cursos, visando zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES será o referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.

VII. Resolução CONAES N.º 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências e a Resolução N.º 856 – CONSEPE, de 30 de agosto de 2011;

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação deve ser formado por um grupo de docentes do corpo docente do curso, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, constituído por membros, que exerçam liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

VIII. Resolução N.º 1.175 – CONSEPE, de 21 de julho de 2014, que aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão;

Esta Resolução rege cursos de graduação, os cursos regulares, permanente e sistemática pela UFMA, na modalidade presencial, incluindo a clara identificação de todos os pormenores que devem constar no projeto pedagógico do curso de graduação de maneira obrigatória.

IX. Resolução N.º 803 – CONSEPE, de 23 de novembro de 2010, que aprova a inclusão da disciplina Libras nos currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão e a Resolução N.º 1.111 – CONSEPE, de 31 de março de 2014;

Com esta Resolução, fica clara a inclusão da disciplina Libras nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Maranhão, como disciplina curricular obrigatória, ofertada seja na modalidade presencial ou à distância.

X. Resolução N.º 1.191 – CONSEPE, de 03 de outubro de 2014, que altera a Resolução N.º 684-CONSEPE, de 7 de maio de 2009, e dá nova redação ao

Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMA, na forma dos seus anexos;

A resolução supracitada aprova a nova redação do Regulamento de Estágio dos Cursos da Universidade Federal do Maranhão, atividade acadêmica específica e supervisionada, que deve ser desenvolvida no ambiente de atuação profissional.

XI. Portaria Normativa N.º 40, de 12 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e outras disposições;

A partir desta portaria, a tramitação dos processos de regulação, avaliação e supervisão de instituições e cursos superiores do sistema federal de educação superior será feita exclusivamente em meio eletrônico, no sistema e-MEC

XII. Decreto N.º 6.755, 29 de maio de 2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências;

O referido Decreto expressa uma alteração significativa no cenário da definição das políticas voltadas para a formação de professores no Brasil ao institucionalizar uma política nacional para essa área. A explicitação dessa política se dá em um contexto de reformulação de um projeto nacional para a educação brasileira, vide as discussões produzidas no âmbito da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e a tramitação no Congresso Nacional do projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação para a próxima década.

Entre os princípios instituídos pelo Decreto (Art. 2º) cumpre destacar: a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e à distância (IV); a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (V); e a importância do **projeto formativo nas instituições de ensino superior que reflita a especificidade da formação docente**, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação e garantindo sólida base teórica e interdisciplinar (VII).

A Universidade Federal do Maranhão, ao ofertar o curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa, se coaduna com os objetivos da Política Nacional referida, em especial, os de apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada a profissionais do magistério pelas instituições públicas de educação superior (II), identificar e suprir a necessidade das redes e sistemas públicos de ensino por formação inicial e continuada de profissionais do magistério (IV) e ampliar o número de docentes atuantes na educação básica pública, que tenham sido licenciados em instituições públicas de ensino superior, preferencialmente na modalidade presencial (VI).

XIII. Parecer CNE/CGES N.º 67, de 11 de março de 2003, que aprova referencial para as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação, consolidando o disposto nos Pareceres CNE/CGES N.º 776/97 e CNE/CES N.º 583/2001;

No ordenamento legal referente à área de educação, os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) ocupam a principal posição quanto à legislação infraconstitucional. O CNE tem funções normativas, deliberativas e de assessoramento, sendo que todos os seus atos estão sujeitos à homologação do Ministério da Educação (MEC), por intermédio do Ministro de Estado.

Nesse sentido, o Parecer CNE/CGES N.º 67/2003 consolida princípios, recomendações e orientações mandatórias, as quais embasaram a elaboração das diretrizes curriculares nacionais específicas de cada curso de graduação. No que diz respeito aos princípios, dispõem:

1. Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;
2. Indicar os tópicos ou campos de estudos e de mais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, os quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;
3. Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;
4. Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
5. Estimular práticas de estudos independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
6. Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se refiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada;
7. Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão, as quais poderão ser incluídas como parte da carga horária;
8. Incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.

No que tange às recomendações, assinala:

1. Conferir maior autonomia às instituições de ensino superior na definição dos currículos de seus cursos, a partir da explicitação das competências e das habilidades que se deseja desenvolver, através da organização de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade, em que a graduação passa a constituir-se numa etapa de formação inicial no processo contínuo da educação permanente;
2. Propor uma carga horária mínima em horas que permita a flexibilização do tempo de duração do curso de acordo com a disponibilidade e esforço do aluno;
3. Otimizar a estruturação modular dos cursos, com vistas a permitir um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, bem como a ampliação da diversidade da organização dos cursos, integrando a oferta de cursos sequenciais, previstos no inciso I do art. 44 da LDB;
4. Contemplar orientações para as atividades de estágio e demais atividades que integrem o saber acadêmico à prática profissional,

incentivando o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar;
5. Contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do ensino de graduação, norteando os instrumentos de avaliação.

No que toca às orientações, determina:

- I. A definição da duração, carga horária e tempo de integralização dos cursos será objeto de um Parecer e/ou uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior.
2. As Diretrizes devem contemplar:
 - A - Perfil do formando/egresso/profissional - conforme o curso, o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado;
 - B - Competência/habilidades/attitudes;
 - C - Habilitações e ênfase;
 - D - Conteúdos curriculares;
 - E - Organização do curso;
 - F - Estágios e atividades complementares;
 - G - Acompanhamento e Avaliação.

O disposto no supracitado parecer foi observado na elaboração das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica. Além dessas diretrizes, cada graduação nas áreas específicas também foi contemplada com uma diretriz curricular nacional, as quais se afirmam explicitamente como orientadoras tanto dos bacharelados, como das licenciaturas.

XIV. Resolução CNE/CP N.º 2, de 01 de julho de 2015, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior, fundamentada no Parecer CNE/CP N.º 02/2015;

A Resolução estabelece os “mínimos” em relação à carga horária dos cursos de formação de professores, quais sejam: 3.200 (três mil e duzentas) horas, distribuídas entre 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso; 2.200 (duas mil e duzentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural; 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais e, por fim; que nas demais licenciaturas, fora a Pedagogia, o tempo

dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

XV. Resolução CNE/CEB N.º 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, com fundamento no Parecer CNE/CEB N.º 7/2010;

XVI. Resolução CNE/CEB N.º 7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, com fundamento no Parecer CNE/CEB N.º 11/2010;

XVII. Resolução CNE/CEB N.º 2, de 30 de janeiro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, com fundamento no Parecer CNE/CEB N.º 5/2011;

A Educação Básica, de maneira geral nos últimos dez anos, vem passando por um processo de reforma curricular, seja por intermédio de novas regulações do CNE, seja pela inclusão de temas, conteúdos e disciplinas por intermédio de projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional. E agora, mais recentemente, pela medida provisória N.º 746, de 2016, que promove mudanças na estrutura do Ensino Médio. A nova estrutura do Ensino Médio terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível.

Considerando que o curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa formará professores para a Educação Básica, em especial, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, as diretrizes curriculares para essas etapas de ensino também devem orientar o projeto político pedagógico dos cursos de licenciatura.

No que diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, destaca-se que na formação de professores, os currículos devem incluir (Art. 56, § 1º):

- a) o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

- b) a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;
- c) a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino;
- d) a temática da gestão democrática, dando ênfase à construção do projeto político-pedagógico, mediante trabalho coletivo de que todos os que compõem a comunidade escolar são responsáveis.

Além disso, considerando o desempenho das atribuições do futuro professor, também deverão contemplar (Art. 57, § 2º):

- a) além de um conjunto de habilidades cognitivas, saber pesquisar, orientar, avaliar e elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir o conhecimento coletivamente;
- b) trabalhar cooperativamente em equipe;
- c) compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa;
- d) desenvolver competências para integração com a comunidade e para relacionamento com as famílias.

As Diretrizes reforçam a necessidade dos cursos de formação de professores expressarem de forma explícita no seu currículo, o sentido da formação para o exercício do magistério e atuação na escola básica, reiterando a importância da especificidade das licenciaturas.

Elas se coadunam com os fundamentos filosóficos do presente projeto político pedagógico do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa ao enfatizar a importância de compreender a escola enquanto organização complexa. É no fulcro da complexidade que o futuro professor deverá construir e reconstruir conhecimentos das múltiplas dimensões da escola, isto é, sua dimensão pedagógica, cultural, política e econômica, as quais possam perfazer sua formação e perpassar sua prática.

Tanto as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental (Art. 14 e Art. 15), como as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (Art. 8º) organizam os componentes curriculares em áreas de conhecimento, quais sejam: **Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas**. Afirmam que essa organização favorece a comunicação entre os diferentes conhecimentos, devem evidenciar a contextualização e a **interdisciplinaridade**, fortalecendo as relações entre os saberes e favorecendo a apreensão e intervenção na realidade.

Dessa forma, todas as diretrizes curriculares da Educação Básica, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, sinalizam para a relevância do trabalho interdisciplinar, eixo fundamental deste curso, sobretudo no âmbito do currículo da escola básica. Sem perder o que é específico das áreas disciplinares, a interdisciplinaridade sinalizada e requerida aponta para a complexidade dos problemas da contemporaneidade. Esses problemas desafiam o trabalho educativo a construir alternativas, caminhos ou veredas múltiplas, não unívocas ou duais. Entendemos que o diálogo integrador e interdisciplinar é um veio possível e fecundo para contribuir com a superação desses problemas e desafios.

XVIII. Resolução CNE/CP N.º 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com fundamento no Parecer CNE/CP N.º 3/2004;

Na primeira década do século XXI ocorre uma emergência e incorporação da temática da diversidade. Essa emergência se expressa na incorporação das principais demandas dos movimentos sociais e sociedade civil organizada ligada aos negros, aos indígenas, aos portadores de necessidades especiais, ambientalistas, militantes pelos direitos humanos, dentre outros no âmbito dessas políticas e da legislação pertinente.

Essa emergência mais uma vez põe em relevo a necessidade do trabalho interdisciplinar frente à complexidade social que põem em xeque a quietude de uma escola até então voltada para a promoção da igualdade, mas cega para a riqueza das diferenças.

Assim sendo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana orientam para a inclusão no currículo dos cursos de formação de professores da análise das relações sociais e raciais no Brasil, seus conceitos e bases teóricas, bem como, de práticas pedagógicas, materiais e textos didáticos nessa perspectiva.

Essas diretrizes atendem à modificação introduzida na LDB pela Lei N.º 10.639/2003, obrigando o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana em

todo o currículo da Educação Básica. Cinco anos depois, essa alteração foi reformulada pela Lei N.º 11.645/2008 incluindo a história e cultura.

XIX. Decreto N.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei N.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o Art. 18 da Lei N.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

No mesmo sentido, o decreto supracitado, determina que Libras seja disciplina curricular obrigatória dos cursos de formação de professores (Art. 3º), contribuindo para a inclusão de parte dos portadores de necessidades educacionais especiais no âmbito da Educação Básica.

XX. Resolução CNE/CP N.º 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, com fundamento no Parecer CNE/CP N.º 8/2012;

A Educação em Direitos Humanos tem como princípios (Art. 3º): a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; a laicidade do Estado; a democracia na educação; a transversalidade, vivência e globalidade; e a sustentabilidade socioambiental.

A Educação em Direitos Humanos deverá ser considerada na elaboração dos projetos políticos pedagógicos dos cursos de licenciatura (Art.6º) e deverá ser componente curricular obrigatório (Art. 8º) nos cursos de formação de professores. Essas Diretrizes apontam para o cumprimento do estabelecido nos planos e programas para a educação em direitos humanos produzidos no Brasil desde os anos de 1990.

XXI. Resolução CNE/CP N.º 2, 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, com fundamento no Parecer CNE/CP N.º 14/2012;

A determinação de incluir a Educação Ambiental, tanto no currículo da Educação Básica, quanto nos cursos de formação de professores, remonta aos anos

de 1980 e 1990, nos quais ocorreu significativa mobilização em defesa do meio ambiente, especialmente nas discussões que precederam a Constituição Federal de 1988, bem como, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92), ocorrida na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, as Diretrizes determinam que a dimensão socioambiental seja considerada na formação dos profissionais da educação (Art. 11), sendo que nos cursos de licenciatura, essa dimensão deve ser desenvolvida de forma integrada e interdisciplinar (Art. 19, § 1º).

XXII. Diretrizes Curriculares Nacionais específicas dos cursos de graduação que compõem a área de Linguagens e Códigos;

- Letras: Parecer CNE/CES N.º 492/2001, Parecer CNE/CES 1.363/2001, Parecer CNE/CES N.º 83/2007 e Resolução CNE/CES N.º 18/2002.
- Artes Visuais: Parecer CNE/CES N.º 280/2007 e Resolução CNE/CES N.º 1/2009.

Como já referido, ressaltamos que a área de Música deixa de fazer parte do Curso de Linguagens e Códigos Língua Portuguesa, tornando-se um curso independente, uma vez que passa a ter seu próprio projeto, licenciando alunos em Música, ou seja, tendo, portanto existência própria.

A utilização das Diretrizes Curriculares específicas dos cursos de graduação supracitados tem por objetivo identificar parâmetros para embasamento da construção do projeto político pedagógico da Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa. Isso se justifica pelo fato de que os referenciais orientadores para as licenciaturas interdisciplinares estão em processo de formulação no Ministério da Educação, tendo sido concluído até o presente momento apenas os referenciais orientadores para os bacharelados interdisciplinares (Parecer CNE/CES N.º 266/2011).

XXIII. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);

O REUNI é um programa que estimula a ampliação do acesso e permanência na educação superior pública, no nível da graduação (Art. 1º). Entre suas diretrizes estão a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno (Art. 2º, I); revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem (II); e diversificação das modalidades de graduação (IV).

XXIV. Resolução N.º 104-CONSUN, de 30 de novembro de 2007, que aprova a adesão da Universidade Federal do Maranhão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Universidade Brasileira (REUNI);

A criação dos cursos de licenciaturas interdisciplinares se dá nos marcos do processo de expansão da Universidade Federal do Maranhão consignado no âmbito de sua adesão ao REUNI, representando o viés político deste projeto, configurado no esforço institucional em construir e reconstruir a inovação inclusiva, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais estaduais e municipais pela formação de professores com qualidade social.

XXV. Resolução Nº 165-CONSUN, de 17 de outubro de 2012, que aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2016, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O disposto na referida adesão ao REUNI foi incorporado no PDI da UFMA, destacando-se as diretrizes de desenvolvimento das ações de ensino de graduação, quais sejam: ampliar a inserção da UFMA na comunidade regional; atualizar a estrutura organizacional e o regimento da graduação; alcançar patamares superiores de qualidade nos cursos de graduação existentes; incentivar a mobilidade intra e interinstitucional; aprimorar os instrumentos voltados para a avaliação da qualidade

do ensino de graduação na modalidade presencial e à distância; estruturar e estimular a realização de práticas acadêmico-profissionais.

Em face da base legal apresentada, compreendemos que o curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa, *Campus* São Bernardo da UFMA, poderá contribuir com a formação de professores da Educação Básica por constituir-se enquanto proposta diferenciada de formação ao ter como centralidade o diálogo entre as áreas de conhecimento para a construção da interdisciplinaridade.

O Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa contribuirá para formação de profissionais competentes na sua área específica de atuação, sendo capazes de articular saberes das áreas contributas (Artes Visuais, Língua Inglesa e Língua Espanhola), fortalecendo sua prática pedagógica por um viés interdisciplinar. Esse diálogo interdisciplinar visa fortalecer a formação dos professores na referida graduação.

A presente reformulação do Projeto Político Pedagógico contempla, no núcleo de formação específica, as disciplinas essenciais para formação em Língua Portuguesa, tendo como apoio as disciplinas das áreas supracitadas, que são relevantes para o aprimoramento da construção de um conhecimento interdisciplinar, que dialoga com a complexidade da formação de professores de Língua Materna.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-FILOSÓFICA E PEDAGÓGICA

Este Projeto Político Pedagógico possui um viés particular: ao mesmo tempo em que projeta inovação no âmbito das *licenciaturas*², posiciona-se com vistas a reconhecer que a grande missão da universidade é alimentar a continuidade da *reprodução social*³ também produzindo conhecimento na formação do professor, de tal forma que seja possível colocar-se face a face com a escola, com a docência, com o que o contexto oferece como desafio para essa profissão.

Disso dependem, em grande parte, os destinos do mundo, determinados também pelos destinos da escola que, por sua vez, sofrem a interferência direta da oferta de profissionais – professores das mais diversas áreas – com seus olhares fundamentais para a transformação do mundo.

Esclarecemos, em princípio, que se trata aqui de um projeto que vem procurando caminhos inovadores em sua prática para resultados que produzam concepções que não se limitem à *transmissão de conhecimento*⁴, mas que na transmissão possam gerar a transferência de valores por meio do ensino, próprios da articulação de princípios inerentes às diferentes áreas.

O que se considera inovador não é o referencial, mas o perfil de um professor que se pretende formar, o qual deverá se apropriar de um olhar que desafie um pensamento complexo que, para isso, precise estar desviado de um foco convencional: o conteúdo das diferentes áreas. Um olhar que capacite o professor, tornando-o capaz de transferir a ousadia de sair do particular para o universal e de fazer uma situação sair da categoria de fato até galgar o patamar da condição do gênero humano.

Este é um projeto interdisciplinar pela busca de um pensamento que reconhece a complexidade como conceito e que, ao reconhecer o todo em cada parte, identifica a incompletude de cada uma e a necessária complementaridade entre todas.

Explicando: por mais que o professor que a Universidade Federal do Maranhão pretenda formar, por meio do projeto das licenciaturas interdisciplinares,

²Dimensão de um curso que se destina à formação do professor.

³Categoria filosófica que funda as reflexões sobre as transformações do mundo. Essa discussão deste complexo de problemas e alguns dos seus desdobramentos está em LESSA, Sérgio. *Sociabilidade e Individualização*. Maceió: EDUFAL, 1995.

⁴Conforme está em SEVERINO, Antonio Joaquim (2007).

esteja em vias de atender às especificidades do mercado, ou seja, habilitado para ministrar aulas de Português, por exemplo, este professor reconhecerá também o plano do significante como materialidade artística, ligando-a diretamente aos efeitos de sentido tanto dos textos literários quanto dos não literários.

Consideramos como marca deste projeto, no viés político, a expansão da universidade, a inovação e a inclusão. A Universidade Federal do Maranhão criou os *Campi* de Pinheiro, Grajaú, Imperatriz, São Bernardo, Codó e Bacabal, ampliando sua atuação na formação de professor por meio das licenciaturas interdisciplinares.

Significa que o que se tem construído coletivamente obriga a enfrentar todas as dificuldades que se apresentam quando o enfrentamento se dá diante de um pensamento que, ao mesmo tempo em que traz o novo do *contexto complexo*⁵, sabe que precisa manter da tradição o que é próprio da *continuidade*⁶ e o que é necessário para que um projeto seja diferente do mesmo existente, mas passível de se encaixar à realidade precisamente como ela é, levando em consideração, inclusive, as questões da organização acadêmica.

No âmbito filosófico, a sustentação do conceito de interdisciplinaridade⁷ se dá pelo pensamento complexo que possibilita repensar a prática pedagógica a partir da seguinte questão posta pela teoria da complexidade: “quais são as possibilidades ainda não exploradas de complexidade?”. (MORIN, 1999, p. 309). E complementa, dizendo que (1999, p. 176) “a complexidade não é receita, nem resposta. É um

⁵Contexto complexo tal como está considerado na Teoria da Complexidade de Edgar Morin (1999).

⁶Ressalta-se a continuidade como categoria filosófica da reprodução social, porque o novo não subsiste sem o alicerce do passado e é este que lhe empresta as lições e os contornos fundadores. (LESSA, 1995) e em Lukács(1981, p. 37-38).

⁷ Para Lück (1994, p.13-14), “a interdisciplinaridade é uma dessas ideias-força que, embora não seja recente, agora se manifesta a partir de enriquecimento conceitual e da consciência cada vez mais clara da fragmentação criada e enfrentada pelo homem em geral e, pelos educadores, em especial, em seu dia-a-dia. Em relação a essa mesma fragmentação rompeu-se o elo da simplicidade e estabeleceu-se a crescente complexificação da realidade, fazendo com que o homem se encontre despreparado para enfrentar os problemas globais que exigem dele não apenas uma formação polivalente, mas uma formação orientada para a visão globalizada da realidade e uma atitude contínua de aprender a aprender. O ensino, sendo ele próprio uma expressão do modo como o conhecimento é produzido, também se encontra fragmentado, eivado de polarizações competitivas, marcado pela territorialização de disciplinas, pela dissociação das mesmas em relação à realidade concreta, pela desumanização dos conteúdos fechados em racionalidades autossustentadas, pelo divórcio, enfim, entre vidas plenas e ensino.

desafio e uma motivação para pensar. Não é completude, mas a incompletude do conhecimento”.

A ideia de complementação, entretanto, não é exatamente do conhecimento, mas é própria do objeto. É com um olhar alimentado pelas diferentes áreas que se produz um perfil de um objeto e, em consequência, produz-se conhecimento. A noção que se ganha da teoria da complexidade é que não há completude e que qualquer ideia de independência é mutilação. Morin (1999, p. 176-177) diz que

[...] se tentarmos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Ela não quer dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas respeitar suas diversas dimensões.

No viés pedagógico, pelo conceito de interdisciplinaridade, reconhecemos o quanto é desafiador avançar a partir de uma tradição disciplinar, sabendo que ela não se apaga porque a totalidade não elimina as especificidades. Elas se misturam e se complementam nas determinações reflexivas⁸. Por mais que se ouse um projeto interdisciplinar, precisamos reconhecer que o prefixo mantém a relação entre as diferentes áreas e são estas que sustentam essa relação de complementaridade.

Dizemos isso porque acreditamos que, enquanto o foco do ensino for o conteúdo, estará posta a impossibilidade do olhar complexo e interdisciplinar. Acreditamos que esse jeito que se diz novo, mas que a filosofia desde antes orienta a ser, é uma prática que só será alcançada no momento em que o objeto for deslocado do centro da pesquisa e o objeto de pesquisa for posto no seu devido lugar: no eixo do ensino. Isso ressalta dois aspectos: o pesquisador continua aprendendo, esteja ele na condição de professor ou de aluno e haverá um ponto de convergência entre as diferentes áreas, porque o pensamento complexo só acontece

⁸“As determinações reflexivas” são a supressão do ser e do outro. Na identidade está contida a diferença. Essa ideia está em HEGEL, G.W.F. *Ciência de la Lógica*. Tradução Augusta e Rodolfo Mondolfo. 3. ed. Argentina: Solar/Hachette, 1974.

quanto ele realiza sobre um objeto que é em si complexo, multidimensional e interdisciplinar.

4.1 Dos pontos de articulação entre as áreas e a identidade da formação

Reconhecemos que a busca por um projeto interdisciplinar é um desafio que se constitui num processo. Ou seja, todo o processo de implantação deste projeto tem envolvido diálogo para a superação de uma organização multidisciplinar que é a tradição em torno da qual a academia se organiza e as práticas se projetam.

Entretanto, acreditamos que podemos encontrar espaços na organização curricular que favoreçam a articulação interdisciplinar. Para isso, estamos contando com orientações das *diretrizes nacionais*⁹. Estas associam ao núcleo de formação específica, por exemplo, o núcleo de formação interdisciplinar e o núcleo livre. Esses núcleos ampliam os conteúdos específicos e possibilitam ao aluno uma interdisciplinaridade que poderá facilitar a aprendizagem discente, com a qual ele poderá fazer as articulações necessárias.

Sabendo que a interdisciplinaridade deve ir além da justaposição de disciplinas, mas deve manter o caráter disciplinar das especificidades e abstrair para as generalidades, reconhecemos mais uma vez que a prática resultante desse olhar deverá ser integradora.

Um professor de Linguagens e Códigos, por exemplo, poderá ser capaz de dar aula de Língua Portuguesa, podendo ainda ver como as áreas de Inglês, Espanhol e Artes estão relacionadas entre si com esta área de formação. Mas aquele que é capaz de ver a unidade de um texto entende que subjaz ao que se escreve uma lógica e que o ato de ler é chegar às camadas mais profundas dessa organização, que é filosófica, e desafiar patamares estéticos da arte quando ela se materializar também num texto literário, faz parte dessa aprendizagem necessária para qualquer professor.

Um professor de Linguagens e Códigos será aquele capaz de mover um olhar complexo nessa área e saber que essas linguagens verbais e não verbais não estão tão separadas como parecem, mas se constituem em um tecido de complexidade

⁹As diretrizes constam da base legal do presente político-pedagógico.

que gera uma área que ganhará sua identidade na prática desse olhar e no percurso dessa conquista na formação de professores.

Neste íterim, durante o processo de formação, poder-se-á perceber como os textos são afetados pelas práticas cotidianas de um grupo, pela história, pelo espaço, pelo lugar e um professor que tem como objeto de estudo o texto acabará transcendendo para o discurso, para a identidade, para as questões universais. É a Filosofia da Linguagem, é a Linguagem da História, é a identidade do lugar, são as marcas discursivas, são as integrações das diferentes áreas no favorecimento de um olhar complexo, interdisciplinar.

Podemos ainda exemplificar com as Ciências Humanas. Um professor desta área de formação, por exemplo, não seria apenas aquele capaz de dar aula de Geografia. Os espaços geográficos impregnam de sentidos as coisas de uma cidade; essa identidade posta aos moradores de um lugar traz uma experiência que não se divide: isso é ontológico e também é poético. É histórico. É relação com uma natureza que, ao mesmo tempo em que é social, é humana e se expressa pelas linguagens. Tudo se separa para organizar, mas na roda da experiência até o que parece separado está ali: misturado diante dos olhares que fazem sobressair as especificidades do homem.

Inclui-se aqui, na tentativa de acesso ao conteúdo complexo entre as diferentes áreas, o amor de transferência como lugar do ensino em que o professor recupera ao aluno um sujeito suposto saber que se põe a entregar o que não possui¹⁰ e que, portanto, reconhece as outras áreas como espaços onde quem sabe possam encontrar – juntos – algum caminho de superação da falta primordial. Inclui-se também, para isso, o silêncio¹¹ mediador da produção de conhecimento na formação do professor; a ignorância¹² de cada um como consequência da incompletude humana refletida em cada área de conhecimento.

¹⁰O conceito de transferência está em LACAN J. (1960-1961) O Seminário. Livro 8. A transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010. p. 220; 330; 431.

¹¹O Silêncio relacionado a ensino está sob esse enfoque em Ensinar à meia luz: entre a claridade e o silêncio de Almeida, Sonia. 2012. In: Sem Choro nem Vela: cartas aos professores que ainda vão nascer. Claudia Riolfi e Valdir Barzotto (Orgs.). São Paulo: Paulistana, 2012 (Coleção Sobrescrita 3) p. 99 -112.

¹²A ignorância relacionada a ensino se inspira no conceito de transferência e é objeto do seguinte artigo (no prelo): Sobre a necessária ignorância no processo de orientação: o orientando seleciona o que não é possível a orientador saber?, apresentado no workshop do GEPPEP – Grupo de Estudos e Pesquisa Produção Escrita e Psicanálise, coordenado pela Dra. Claudia Riolfi e pelo Dr. Valdir Heitor Barzotto.

Nesta mesma medida, um professor de Ciências Naturais, por exemplo, também e tanto quanto os outros professores de qualquer área que seja, não seria apenas aquele capaz de dar aula de Química. O corpo, sendo química, é alma e se dá aos enfrentamentos da Física e das aprendizagens no mundo e na vida. No mundo da vida, onde a natureza biológica, que é vital, também não constitui suficiência para o humano que precisa transitar na liberdade¹³ do ser social e nos descontroles do inconsciente¹⁴.

Viver não nos permite escolher entre as Ciências Humanas, as Ciências Naturais e as Linguagens e Códigos. Viver nos permite escolher aprofundar um olhar para uma dessas áreas. Mas, ao ver, o cientista terá que trocar de estantes, de arquivos e ir buscar mais para elaborar um objeto e produzir conhecimento.

Este projeto, alimentado pela pesquisa, favorece a convergência de diferentes olhares. Mesmo que esse exercício seja a princípio multidisciplinar, cada um contribuindo com suas especificidades, acontecerá o momento em que nascerá um olhar interdisciplinar no professor em formação que, certamente, poderá transmitir com um conteúdo a incompletude de sua área e a necessidade de outra para que o objeto pesquisado ganhe corpo e a pesquisa também entre como realidade do Ensino Fundamental e Médio, a partir do que acontece na graduação, neste caso, nas licenciaturas.

O que se espera é que esses espaços interdisciplinares de formação ganhem identidades como práticas pedagógicas e como perfil de um professor que transite da especificidade para a generalidade de sua área.

¹³ Transitar na condição de ser social, na possibilidade de “decidir entre alternativas, diante de posições teleológicas”, tal como considera Lukács (Apud LESSA, 1996, p. 19).

¹⁴ Conforme está em LACAN, Jacques. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

5 OBJETIVOS

5.1 Geral

Formar docentes para a Educação Básica na área de Língua Portuguesa, capazes de dominar a norma culta padrão e de compreender a organização e o funcionamento da Língua Portuguesa nos planos linguístico e literário, no interior da sociedade brasileira, desenvolvendo práticas que ampliem as possibilidades interpretativas e a organização do trabalho, atentando para o seu ensino em sua relação com outras linguagens, especialmente as integrantes do percurso formador do curso (Língua Inglesa, Língua Espanhola e Artes Visuais).

5.2 Específicos

- Estimular a reflexão acerca da Língua Portuguesa e de seu ensino enquanto linguagem e em sua relação com outras linguagens, especialmente as integrantes do percurso formador do curso (Língua Inglesa, Língua Espanhola e Artes Visuais), bem como seu domínio em termos de leitura, escrita, compreensão oral de diferentes tipos de textos;
- Conhecer e compreender as diferentes teorias e instrumentos linguísticos que sustentam as práticas de Língua Portuguesa na sociedade brasileira;
- Viabilizar e valorizar o olhar e o percurso interdisciplinar a partir da perspectiva formadora dos componentes Artes Visuais e línguas estrangeiras – Inglês e Espanhol;
- Compreender o funcionamento da Língua Portuguesa, sincrônica e diacronicamente, em seus diferentes níveis e modalidades, sistematizando, descrevendo e analisando os fatos linguísticos;
- Reconhecer as variedades linguísticas do Português e os efeitos de sentido que elas provocam em termos linguísticos, literários, sociais e políticos.

6 PERFIL DO EGRESSO

O **Licenciado em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa** é o profissional habilitado para planejar, organizar e desenvolver atividades sob um viés interdisciplinar de docência no componente curricular obrigatório da área de Linguagens – Língua Portuguesa, nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Sua atribuição central é a docência no Ensino Fundamental e Médio, que requer conhecimentos sobre os fundamentos da área de Linguagens, domínio e reflexão sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários da Língua Portuguesa, bem como sobre a *mediação didática*¹⁵ destes conhecimentos em saberes escolares.

Além de trabalhar diretamente na sala de aula, elabora e analisa material didático, realiza pesquisa em educação e pode contribuir profissionalmente em outras áreas no debate interdisciplinar, em função da formação interdisciplinar nas áreas de Artes Visuais, Língua Espanhola e Língua Inglesa.

¹⁵ Conforme Lopes (1999).

7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Licenciado em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa terá desenvolvido em sua formação acadêmica (teórica e prática) as seguintes competências e habilidades:

a) Referentes à Formação de Docente para atuar na Educação Básica:

- Criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos, utilizando os conhecimentos da área de Linguagens, das temáticas sociais transversais ao currículo escolar, dos contextos sociais considerados relevantes para a aprendizagem escolar, bem como as especificidades didáticas envolvidas;
- Conhecer e dominar os conteúdos básicos que são objetos dos processos de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio;
- Orientar suas escolhas e decisões metodológicas e didáticas por valores democráticos e por pressupostos epistemológicos coerentes;
- Reconhecer e respeitar a diversidade manifestada por seus alunos, em seus aspectos sociais, culturais e físicos, detectando e combatendo todas as formas de discriminação;
- Participar coletiva e cooperativamente da elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo e curricular da escola, atuando em diferentes contextos da prática profissional, além da sala de aula;
- Promover uma prática educativa interdisciplinar que leve em conta as características dos alunos e de seu meio social, seus temas e necessidades do mundo contemporâneo e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo e curricular;
- Compartilhar saberes com docentes de diferentes áreas/disciplinas de conhecimento, e articular em seu trabalho as contribuições dessas áreas;
- Fazer uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação, de forma a manter-se atualizado e a aumentar as possibilidades de aprendizagem dos alunos;

- Identificar, analisar e produzir materiais e recursos para utilização didática, diversificando as possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situações;
- Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos;
- Sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática profissional;
- Utilizar o conhecimento sobre a organização, gestão e financiamento dos sistemas de ensino, sobre a legislação e as políticas públicas referentes à educação para uma inserção profissional crítica;
- Manter-se atualizado em relação aos conteúdos da área de Linguagens e ao conhecimento pedagógico.

b) Referentes à Formação Interdisciplinar e Específica:

- Interagir com as manifestações culturais da sociedade na qual se situa, demonstrando sensibilidade na criação, transmissão e recepção do fenômeno visual, verbal, multilinguístico e literário.
- Desenvolver pesquisa e/ou projetos de ensino com os demais componentes da formação interdisciplinar - Artes Visuais e língua estrangeira – Espanhol e Inglês;
- Estimular criações artísticas e sua divulgação como manifestação do potencial artístico, objetivando o aprimoramento da sensibilidade estética dos diversos atores sociais;
- Intervir na sociedade de acordo com suas manifestações culturais, demonstrando sensibilidade e criação artísticas;
- Apropriar-se do conhecimento instrumental da Língua Inglesa e da Língua Espanhola nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos, assim como, na aquisição de recursos sobre o ensino de línguas;
- Dominar o uso da Língua Portuguesa nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;

- Refletir de forma analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- Demonstrar visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional.

8 CAMPO DE ATUAÇÃO DO EGRESSO

O profissional formado no Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa terá um vasto campo de atuação. Entre eles, temos:

- Instituições de ensino públicas ou privadas de Educação Básica;
- Pesquisas na área de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas;
- Revisão de textos impressos e digitais, corrigindo tanto a ortografia e gramática como a estrutura dos textos;
- Atuação em editoras para fazer a preparação e revisão de material didático da área específica, bem como na área de interpretação;
- Atuação como dinamizador de programas de formação continuada.

9 REGIME ACADÊMICO

O Curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa oferece 40 (quarenta) vagas para ingresso anual de estudantes, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

O Curso adota o regime acadêmico semestral para oferta de componentes curriculares/disciplina, com aulas presenciais, no turno vespertino, seguindo o calendário proposto pela Universidade Federal do Maranhão e as datas comemorativas municipais que interferem no andamento das atividades acadêmicas.

Cabe ao estudante a inscrição nos componentes curriculares/disciplinas em cada semestre letivo, devendo para tanto, observar a sequência e organização da matriz curricular, o tempo mínimo e máximo para integralização curricular e os critérios e requisitos acadêmicos previstos neste Projeto. Caso não consiga, solicitará, via requerimento à Coordenação do Curso para regularização de sua situação cadastral no SIGAA, com brevidade no início do semestre.

O trancamento de matrícula, aproveitamento de estudos e demais situações acadêmicas do discente serão regulamentadas pela Resolução N.º 1175/2015-CONSEPE ou outra norma acadêmica que venha a substituí-la. O tempo mínimo para a integralização do curso é de no mínimo 8 (oito) semestres letivos e no máximo 12 (doze) semestres letivos.

No que se refere aos créditos: 15 (quinze) horas aulas equivalem a 1 (um) crédito teórico; 30 (trinta) horas de atividades equivalem a 1 (um) crédito prático.

10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

10.1 Núcleo de Formação Específica

Núcleo de Formação Específica constitui-se de componentes curriculares obrigatórios e indispensáveis, que devem ser cumpridos pelo estudante para a integralização curricular, correspondendo aos conteúdos de natureza científico-cultural das linguagens que favorecerão a interdisciplinaridade proposta pelo curso e que fortalecerão a futura atuação docente do licenciado em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa.

10.2 Núcleo de Formação Interdisciplinar

O Núcleo de Formação Interdisciplinar constitui-se de componentes curriculares obrigatórios e indispensáveis, que devem ser cumpridos pelo estudante para a integralização curricular, correspondendo ao conteúdo de natureza científico-cultural, pela contribuição das áreas de Artes Visuais, Inglês e Espanhol de maneira interdisciplinar.

Esta formação interdisciplinar acontece durante todo o curso, mas primordialmente entre os cinco primeiros períodos, momento em que as demais linguagens (Artes Visuais, Inglês e Espanhol) contribuem para fortalecer a aprendizagem discente e o preparo para a docência, entendendo todas essas linguagens como campos de conhecimento e não fim, já que a formação é para a docência em Língua Portuguesa.

10.3 Núcleo de Formação Pedagógica

O Núcleo de Formação Pedagógica constitui-se de componentes curriculares obrigatórios e indispensáveis, que devem ser cumpridos pelo estudante para a integralização curricular, correspondendo às dimensões pedagógicas descritas na Resolução N.º 2, de 1º de julho de 2015, Art. 13, § 5º, totalizando a quinta parte da carga horária total.

10.4 Ensino, Pesquisa e Extensão

A educação apresenta-se como um agente fundamental da existência humana e, favorece para o alcance da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Em contrapartida, estes depositam suas esperanças naqueles que dedicam seu tempo e seus estudos na busca de soluções dos problemas de ordem, econômica, social e cultural. A Lei N.º 9394/96, ressalta que

A educação superior tem por finalidade formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Como bem destaca essa diretriz, a educação superior tem como um de seus princípios formar cidadãos conscientes, capazes de contribuir ativamente para melhoria de nossa sociedade. Para que isso ocorra, as universidades, segundo a legislação, devem estar apoiadas sobre o tripé – ensino, pesquisa e extensão – que juntos constituem o eixo fundamental da universidade brasileira e de forma alguma pode ser compartimentado.

Ademais, de acordo com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988), ou seja, todos esses princípios devem ser tratados de formas equivalentes pelas instituições superiores além de estarem constantemente atuando de forma efetiva.

Sobre esses princípios, o Grupo de Incentivo à Pesquisa Científica nas Universidades Brasileiras/CESP, conceitua-os de acordo com a singularidade e interdependência entre as funções que exercem. Assim, o ensino corresponde às atividades de formação profissional; a pesquisa, à produção de conhecimento e a extensão ao comprometimento com as atividades sociais equivalentes à extensão.

Esse tripé é fundamental na construção de um conhecimento de qualidade e com eficiência na educação da universidade, não apenas uma aprender na repetição

e transferência de conhecimento sem uma reflexão crítica do conhecimento e da sociedade.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p.32).

A UFMA atua em diferentes instâncias, com ênfase nos programas e projetos de Ensino, associados à Pesquisa e à Extensão. Os cursos oferecidos são predominantemente realizados sob a forma de atividades presenciais, entretanto a educação a distância ganha amplitude e relevância, em razão das peculiaridades e carências da região em que a Instituição está inserida.

No âmbito do Ensino, o *Campus* de São Bernardo oferece: Ensino de Graduação nas áreas de: Linguagens e Códigos Língua Portuguesa, Linguagens e Códigos Música, Ciências Humanas Sociologia, Ciências Naturais Química e Turismo (bacharelado); Ensino de Pós-Graduação – curso lato sensu em processo de implementação; Educação a Distância – com cursos de graduação, pós-graduação e extensão; Programas especiais de formação de professores. No âmbito da Pesquisa, o Campus conta com 6 (seis) grupos de pesquisa, sendo dois vinculados ao CLLC.

Diante disso, o princípio da indissociabilidade entre o Ensino, Pesquisa e Extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. A concretização desse princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciam na avaliação institucional.

Quanto à extensão, o CLLC possui dois projetos cadastrados na PROEX e com fomento da PROAES para estudantes bolsistas do curso.

11 METODOLOGIA

O presente projeto foi reformulado tomando como base a ideia de que a lida com o conhecimento tange o emaranhado formado pelos métodos, técnicas, vivências e estratégias didático-pedagógicas que possibilitem a apreensão crítica da realidade social e de como a atuação profissional docente se insere nesta realidade e a ela responde.

Tracejar um caminho de construção de conhecimento, de saberes e fazeres integrados, é algo diretamente relacionado ao conjunto de técnicas, métodos e estratégias de ensino que permitem a plena compreensão da realidade social, dentro do contexto formativo do curso.

As metodologias adotadas ao longo do processo de ensino e aprendizagem podem ser elencadas de acordo com os seguintes meios: aulas expositivas dialogadas, pesquisa, fórum, grupos de estudo, Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA, turmas e comunidades acadêmicas virtuais) e/ou *Plataforma Moodle*. Tais metodologias funcionarão de forma integrada ou a partir de definição específica para cada componente curricular, feita pela assembleia departamental, de acordo com necessidades e demandas particulares.

Por fim, cabe ressaltar que o presente projeto foi reformulado tomando como base a ideia de que a lida com o conhecimento tange o emaranhado formado pelos métodos, técnicas, vivências e estratégias didático-pedagógicas que possibilitem a apreensão crítica da realidade social e de como a atuação profissional docente se insere nesta realidade e a ela responde.

Assim sendo, o processo de formação acadêmico profissional aqui proposto se fundamenta em princípios em algumas diretrizes nacionais e em vertentes atuais de pesquisa em Linguagens e Códigos e em Educação:

- Complementaridade entre as esferas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
- Flexibilidade curricular;
- Interdisciplinaridade como processo e não como estrutura, tendo a Língua Portuguesa como o campo de conhecimento de onde se vê, de onde se fazem escolhas e de onde se assentam os conceitos basais para pensar os outros campos envolvidos;
- Indissociabilidade entre teoria e prática;

- Diálogo horizontal entre teoria/prática e prática docente;

12 ESTRUTURA CURRICULAR

12.1 Componentes Curriculares

NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

COMPONENTE CURRICULAR	CH	CRÉDITO	
		Teórico	Prático
Leitura e Produção Textual	60h	2	1
Introdução à Linguística Moderna e Contemporânea	60h	2	1
Sociolinguística: Variação e Mudança	45h	1	1
Morfologia da Língua Portuguesa	45h	1	1
Teoria Literária I	45h	1	1
Linguística Textual	60h	2	1
Semântica e Pragmática	60h	2	1
Teoria Literária II	45h	1	1
Sintaxeda Língua Portuguesa	45h	1	1
Análise do Discurso	60h	2	1
Gêneros Textuais e Práticas Sociais de Leitura e Escrita	45h	1	1
Literatura Portuguesa	60h	2	1
Noções de Fonética e Fonologia em Língua Portuguesa	45h	1	1
Literatura Brasileira I: da formação ao século XIX	60h	2	1
Literatura Brasileira II: do século XX à contemporaneidade	45h	1	1
Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	60h	2	1
Literatura Infantil e Juvenil	30h	2	
Formação Histórica da Língua Portuguesa	60h	2	1
Estudos Literários Maranhenses	45h	1	1
Seminário de Pesquisa em Educação	60h	2	1
Metodologia do Trabalho Científico	60h	2	1
Trabalho de Conclusão de Curso	60h		
TOTAL	1.155h	33	20

NÚCLEO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR

Área de Conhecimento	COMPONENTE CURRICULAR	CH	CRÉDITO	
			Teórico	Prático
Língua Espanhola	Introdução à Língua Espanhola	60h	2	1
Língua Espanhola	Língua Espanhola I	60h	2	1
Língua Espanhola	Língua Espanhola II	60h	2	1
Língua Inglesa	Introdução aos Estudos em Língua Inglesa	60h	2	1
Língua Inglesa	Língua Inglesa I	60h	2	1
Língua Inglesa	Língua Inglesa II	60h	2	1

Artes Visuais	Tecnologias na Criação Artística e Elementos da Linguagem Visual	60h	2	1
Artes Visuais	História da Arte	60h	2	1
Artes Visuais	Arte Brasileira e Influências da Cultura Indígena, Africana e Europeia	60h	2	1
TOTAL		540h	18	9

NÚCLEO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

COMPONENTE CURRICULAR	CH	CRÉDITO	
		Teórico	Prático
Fundamentos da História da Educação	60h	2	1
Fundamentos da Filosofia da Educação	45h	1	1
Fundamentos da Psicologia da Educação	45h	1	1
Fundamentos da Sociologia da Educação	45h	1	1
Didática	60h	2	1
Fundamentos da Educação Inclusiva	60h	2	1
Política e Organização da Educação	60h	2	1
LIBRAS	60h	2	1
Tecnologias aplicadas à Educação	60h	2	1
Educação e Meio Ambiente	60h	2	1
Educação e Direitos Humanos	60h	2	1
Educação Linguística e Ensino	60h	2	1
TOTAL	675h	21	12

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)

COMPONENTE CURRICULAR	CH	CRÉDITO	
		Teórico	Prático
PCC1	Observação Etnográfica da Realidade Escolar	60h	2
PCC2	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	60h	2
PCC3	Metodologia do Ensino de Literatura	60h	2
PCC4	Observação da Prática Pedagógica de Língua Portuguesa (Ensino Fundamental/Médio)	90h	3
PCC5	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (Projeto Interdisciplinar)	90h	3
PCC6	Seminário temático: vivências de práticas no ensino de Língua Portuguesa	45h	1
TOTAL		405h	13

ESTÁGIO

COMPONENTE CURRICULAR – ATIVIDADE	HoraAula
Estágio Obrigatório I (Ensino Fundamental)	100h
Estágio Obrigatório II (Ensino Fundamental)	100h
Estágio Obrigatório III (Ensino Médio)	100h
Estágio Obrigatório IV (Ensino Médio)	100h
TOTAL	400h

ATIVIDADES ACADÊMICO-CULTURAL

COMPONENTE CURRICULAR	CH
Atividades Complementares	200h
TOTAL	200h

RESUMO DA ESTRUTURA

NÚCLEOS E ATIVIDADES	HORAS TOTAIS	CRÉDITOS	
		T	P
Núcleo de Formação Específica	1.155h	33	20
Núcleo de Formação Interdisciplinar	540h	18	9
Núcleo de Formação Pedagógica	675h	21	12
Prática como Componente Curricular – PCC	405h	1	13
Estágio Obrigatório	400h		
Atividades Acadêmico-Culturais	200h		
TOTAL	3.375h	72	54

12.1.1 Estágio Obrigatório

Estágio é um componente curricular que integra aos processos de ensino e aprendizagem, a partir dos nexos e conteúdos definidos no Projeto Pedagógico do Curso. Compreende um conjunto de competências e habilidades com fins de aprendizagem profissional, cultural e social em situações reais de trabalho e de vida, sob a supervisão do coordenador do estágio, supervisores docentes do curso e dos supervisores técnico-profissionais credenciados pelas instituições conveniadas.

Este componente oportuniza aos alunos a aplicação de seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, possibilitando-lhes o exercício da docência em situações vivenciadas em sala de aula e a aquisição de uma visão objetiva, real de sua área de atuação profissional.

A carga horária total de Estágio Obrigatório passa a corresponder a 400 (quatrocentas) horas de atividades desenvolvidas e integralizadas após a conclusão

dos módulos teóricos e práticos. A observação de sala de aula deverá contemplar apenas a área de Língua Portuguesa, devendo acontecer do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e da 1ª a 3ª série do Ensino Médio nas escolas.

O projeto interdisciplinar em sua elaboração e aplicação poderá contemplar os conteúdos curriculares para o Ensino Fundamental e Médio das áreas da licenciatura interdisciplinar (Inglês, Espanhol e Artes Visuais). A regência de sala de aula acontecerá somente na área de formação específica: Língua Portuguesa.

Enquanto atividade educativa escolar, o Estágio Obrigatório deverá ter o acompanhamento de um professor orientador da instituição superior de ensino (supervisor docente) e por um supervisor da escola-campo (supervisor técnico), comprovado por vistos nos relatórios.

Normas complementares do Estágio são de responsabilidade do colegiado de curso e em conformidade com a Resolução N.º 1191/2014 – CONSEPE ou de acordo com a legislação vigente.

A partir deste projeto, o Estágio fica organizado e distribuído em quatro momentos, iniciando no 5º período e finalizando no 8º período, nomeados e delimitados para as seguintes ações:

- **ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I:** visa experienciar e investigar práticas pedagógicas em escolas públicas. Essas atividades compreendem a inserção no campo de trabalho docente nas escolas de públicas de Ensino Fundamental (5º ao 9º ano), para a realização de estudos e análise crítica da prática docente e da gestão dos anos finais do Ensino Fundamental (5º ao 9º ano). Observação, participação no planejamento, docência e avaliação do processo de ensino e aprendizagem;
- **ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II:** consiste em estudo exploratório e investigativo sobre a prática de ensino de Língua Portuguesa em espaços formais de educação (Ensino Fundamental – séries finais em escolas oficiais), em espaços alternativos e/ou em diferentes modalidades educacionais, através da articulação entre investigação da prática e reflexão sobre os fundamentos teórico-práticos contemplados em disciplinas pedagógicas e específicas da área, de modo contextualizado e contemporâneo, tomando-se por base os conteúdos desse campo;

- **ESTÁGIO OBRIGATÓRIO III:** esta etapa favorece a organização do trabalho pedagógico no Ensino Médio. As modalidades organizativas do cotidiano escolar: planejamento e etapas de execução. Conhecimentos conceituais, atitudinais e procedimentais: o processo de ensino como intervenção produtiva no processo de aprendizagem. Atividades produtivas: a reflexão sobre as estratégias didáticas como um dos pilares constitutivos da prática pedagógica. Os projetos didáticos;
- **ESTÁGIO OBRIGATÓRIO IV:** este último também consiste na organização do trabalho pedagógico no Ensino Médio, contemplando as fases de planejamento e docência. Favorece o professor em sua inserção na elaboração do pensamento, conduta e reflexões educacionais, voltando-se para atividades produtivas, tais como: a reflexão sobre as estratégias didáticas como um dos pilares constitutivos da prática pedagógica.

12.1.2 Atividades Complementares

As Atividades Acadêmico-culturais são um componente obrigatório que contribui para a flexibilização curricular uma vez que requer do aluno a participação em atividades de natureza diversa que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão. É um componente com carga horária total de 200 horas que se referem às habilidades, conhecimentos, competências e atitudes experienciadas fora do ambiente escolar e que visam ao enriquecimento do percurso formativo do discente, alargando o seu currículo com atividades acadêmicas e culturais internas ou externas ao curso.

Embora não integre o rol de disciplinas da organização curricular, são atividades pertinentes à sua formação, tais como atividades de extensão, pesquisa, iniciação à docência, participação em eventos, publicações e vivência profissional, que complementam, enriquecem e põem em perspectiva as vivências mais estritamente acadêmicas e internas do curso. No projeto, são previstas de acordo com o designado pela Resolução CNE-CP N.º 02/2015, inclusive de acordo com o descrito nos trechos relativos aos núcleos de formação das licenciaturas.

Para integralização das 200 horas mínimas destas atividades, o aproveitamento da carga horária e os requisitos de comprovação seguirão critérios elaborados e aprovados pelo Colegiado de Curso. Assim, o critério adotado pelo

colegiado foi: a cada quatro semestres cursados, o discente deverá comprovar 50% do cumprimento destas atividades desenvolvidas.

12.1.3 Prática como Componente Curricular (PCC)

A Prática compreende um componente curricular que visa promover a reflexão sobre a escola em seus diferentes contextos, tanto no que se refere à observação e ação direta, quanto no uso de tecnologias aplicadas à educação que promovam a compreensão das diferentes realidades escolares.

Nesse sentido, as práticas estarão presentes desde o início do curso, como espaço e tempo de discussão sobre o projeto político pedagógico, a observação e intervenção no cotidiano escolar, o currículo, a organização do trabalho pedagógico na Educação Básica.

Os espaços-tempos destinados a esse componente curricular estão organizados em torno da interação entre diferentes áreas de conhecimento, de modo a permitir que os acadêmicos reflitam sobre a relação teoria e prática, pensem metodologias de trabalho e elaborem materiais didáticos para ensino interdisciplinar nas áreas de Linguagens e Códigos.

A carga horária destinada à Prática é de 405 horas, distribuídas ao longo do curso, desde o primeiro período, considerando o diálogo entre as áreas de conhecimento da Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa e as contributas: Artes Visuais, Língua Espanhola e Língua Inglesa.

Serão realizadas, conforme discriminação a seguir: Observação da Etnográfica da Realidade Escolar – nesta etapa os alunos deverão realizar visitas em escolas do Ensino Fundamental e Médio do município de São Bernardo e elaborar um relatório com base na coleta de dados sobre a realidade escolar. Devem ser considerados os seguintes itens:

- **Diagnóstico da comunidade em que se insere a escola:** levantar um breve histórico do bairro; caracterizar o nível socioeconômico do bairro; caracterizar seus moradores;
- **Diagnóstico da escola e seus profissionais:** levantar um breve histórico da escola; explicitar a entidade que mantém a escola; explicitar o sistema de

administração adotado, se participativo ou não-participativo; levantar os serviços oferecidos (médico, merenda, etc.); levantar recursos materiais e recursos humanos (qualificação, tipo de contrato, tempo de serviço, etc.);

- **Metodologias de Ensino:** neste momento os alunos deverão elaborar projetos de atuação, com o objetivo de oportunizar uma aproximação com a prática docente, abordando a relação professor/aluno/objeto do conhecimento. O projeto deve ser executado sob a orientação dos professores, pontuando as inter-relações entre as áreas de conhecimento numa perspectiva interdisciplinar. Para fins de avaliação, o aluno deverá elaborar um relatório sobre o trabalho realizado e socializá-lo.

12.1.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com carga horária de 60 (sessenta) horas é uma atividade curricular obrigatória e muito relevante para o processo de aprendizagem. É um trabalho científico com objetos de estudo articulados ao conteúdo do curso, realizado pelo aluno com a orientação pessoal e direta de um professor.

Considerando que as licenciaturas interdisciplinares buscam explorar a interação entre as áreas, o TCC será concebido como um elemento articulador e integrador do currículo, que visa à formação do professor como pesquisador de questões que vão emergir da realidade que o cerca, de seu cotidiano, da escola, da sala de aula.

No que se consiste à forma, o TCC pode configurar-se como monografia, artigo científico ou ainda segundo normas específicas do Colegiado de Curso e às legislações vigentes.

12.2 Sequência Aconselhada

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	DEPTO.	CH					CR		PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	
Fundamentos da História da Educação	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Fundamentos da Filosofia da Educação	LLC-PRT	15	30			45	1	1	
Metodologia do Trabalho Científico	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Leitura e Produção Textual	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Introdução à Linguística Moderna e Contemporânea	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Sociolinguística: variação e mudança	LLC-PRT	15	30			45	1	1	
Introdução aos Estudos em Língua Inglesa	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
SUBTOTAL		180	210			390	12	7	

DEPTO. - Departamento CH- Carga Horária T- Teórica P- Prática E- Estágio PCC- Prática como Componente Curricular CR- Créditos

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	DEPTO.	CH					CR		PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	
Fundamentos da Psicologia da Educação	LLC-PRT	15	30			45	1	1	
Fundamentos da Sociologia da Educação	LLC-PRT	15	30			45	1	1	
Morfologia da Língua Portuguesa	LLC-PRT	15	30			45	1	1	
Teoria Literária I	LLC-PRT	15	30			45	1	1	
Linguística Textual	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Semântica e Pragmática	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Introdução à Língua Espanhola	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Língua Inglesa I	LLC-PRT	30	30			60	2	1	Introdução aos Estudos em Língua Inglesa
SUBTOTAL		180	240			420	12	8	

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	DEPTO.	CH					CR		PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	
Didática	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Fundamentos da Educação Inclusiva	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Teoria Literária II	LLC-PRT	15	30			45	1	1	
Sintaxe da Língua Portuguesa	LLC-PRT	15	30			45	1	1	
Análise do Discurso	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Tecnologias na Criação Artística e Elementos da Linguagem Visual	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Língua Espanhola I	LLC-PRT	30	30			60	2	1	Introdução à Língua Espanhola
Observação Etnográfica da Realidade Escolar (PCC1)	LLC-PRT			60		60		2	
SUBTOTAL		180	210	60		450	12	9	

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	DEPTO.	CH					CR		PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	
Política e Organização da Educação	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Educação Linguística e Ensino	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Literatura Portuguesa	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Noções de Fonética e Fonologia em Língua Portuguesa	LLC-PRT	15	30			45	1	1	
História da Arte	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Língua Inglesa II	LLC-PRT	30	30			60	2	1	Língua Inglesa I
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (PCC2)	LLC-PRT			60		60		2	Observação Etnográfica da Realidade Escolar (PCC1)
SUBTOTAL		165	180	60		405	11	8	

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	DEPTO.	CH					CR		PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	
LIBRAS	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Literatura Brasileira I: da formação ao século XIX	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Arte Brasileira e Influências da Cultura Indígena, Africana e Européia	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Língua Espanhola II	LLC-PRT	30	30			60	2	1	Língua Espanhola I
Educação e Meio Ambiente	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Metodologia do Ensino de Literatura (PCC3)	LLC-PRT			60		60		2	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (PCC2)
Estágio Obrigatório I (Ensino Fundamental)	LLC-PRT				100	100			
SUBTOTAL		150	150	60	100	460	10	7	

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	DEPTO.	CH					CR		PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	
Tecnologias aplicadas à Educação	LLC-PRT	30	30			60	2	1	Didática
Literatura Brasileira II: do século XX à contemporaneidade	LLC-PRT	15	30			45	1	1	Literatura Brasileira I: da formação ao século XIX
Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Educação e Direitos Humanos	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Gêneros Textuais e Práticas Sociais de Leitura e Escrita	LLC-PRT	15	30			45	1	1	
Observação do Ensino de Língua Portuguesa (PCC4)	LLC-PRT			90		90		3	Metodologia do Ensino de Literatura (PCC3)
Estágio Obrigatório II (Ensino Fundamental)	LLC-PRT				100	100			Estágio Supervisionado I (Ensino Fundamental)
SUBTOTAL		120	150	90	100	460	8	8	

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	DEPTO.	CH							PRÉ-REQUISITO
		T	P	PC C	E	GER AL	T	P	
Seminário de Pesquisa em Educação	LLC-PRT	30	30			60	2	1	Metodologia do Trabalho Científico
Literatura Infantil e Juvenil	LLC-PRT	30				30	2		
Formação Histórica da Língua Portuguesa	LLC-PRT	30	30			60	2	1	
Estudos Literários Maranhenses	LLC-PRT	15	30			45	1	1	
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (PCC5)	LLC-PRT			90		90		3	Observação do ensino de Língua Portuguesa (PCC4)
Estágio Obrigatório III (Ensino Médio)	LLC-PRT				100	100			Estágio Supervisionado II (Ensino Fundamental)
SUBTOTAL		105	90	90	100	385	7	6	

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	DEPTO.	CH							PRÉ-REQUISITO
		T	P	PCC	E	GERAL	T	P	
Trabalho de Conclusão de Curso	LLC-PRT					60			
SEMINÁRIO TEMÁTICO: vivências de práticas no ensino de Língua Portuguesa	LLC-PRT			45		45	1	1	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (PCC5)
Estágio Obrigatório IV (Ensino Médio)	LLC-PRT				100	100			Estágio Supervisionado III (Ensino Médio)
Atividades Complementares						200			
SUBTOTAL				45	100	405	1	1	

12.2.1 Fluxograma da Sequência Aconselhada

	ANO 1						ANO 2						ANO 3						ANO 4											
	1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			3º SEMESTRE			4º SEMESTRE			5º SEMESTRE			6º SEMESTRE			7º SEMESTRE			8º SEMESTRE								
	DISCIPLINA						DISCIPLINA						DISCIPLINA						DISCIPLINA						DISCIPLINA					
	CH	CR		CH	CR		CH	CR		CH	CR		CH	CR		CH	CR		CH	CR		CH	CR		CH	CR				
	T	P		T	P		T	P		T	P		T	P		T	P		T	P		T	P		T	P				
1	Fundamentos da História da Educação			Fundamentos da Psicologia da Educação			Didática			Política e Organização da Educação			LIBRAS			Tecnologias aplicadas à Educação			Seminário de Pesquisa em Educação			Trabalho de Conclusão de Curso								
	60	2	1	45	1	1	60	2	1	60	1	1	60	2	1	60	2	1	60	2	1	60								
2	Fundamentos da Filosofia da Educação			Fundamentos da Sociologia da Educação			Fundamentos da Educação Inclusiva			Educação Linguística e Ensino			Literatura Brasileira I: da formação ao século XIX			Literatura Brasileira II: do século XX à contemporaneidade			Literatura Infantil e Juvenil			SEMINÁRIO TEMÁTICO: vivências de práticas no ensino de Língua Portuguesa (PCC6)								
	45	1	1	45	1	1	60	2	1	60	2	1	60	2	1	45	1	1	30	2		45	1	1						
3	Metodologia do Trabalho Científico			Morfologia da Língua Portuguesa			Teoria Literária II			Literatura Portuguesa			Arte Brasileira e Influências da Cultura Indígena, Africana e Européia			Literaturas Africanas de Língua Portuguesa			Formação Histórica da Língua Portuguesa			Estágio Obrigatório IV (Ensino Médio)								
	60	2	1	45	1	1	45	1	1	60	2	1	60	2	1	60	2	1	60	2	1	60	2	1	100					
4	Leitura e produção textual			Teoria Literária I			Sintaxe da Língua Portuguesa			Noções de Fonética e Fonologia em Língua Portuguesa			Língua Espanhola II			Educação e Direitos Humanos			Estudos Literários Maranhenses											
	60	2	1	45	1	1	45	1	1	45	1	1	60	2	1	60	2	1	60	2	1	45	1	1						
5	Introdução à Linguística Moderna e Contemporânea			Introdução à Língua Espanhola			Tecnologias na criação artística e Elementos da Linguagem Visual			História da Arte			Educação e Meio Ambiente			Gêneros Textuais e Práticas Sociais de Leitura e Escrita			Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (PCC5)											
	60	2	1	60	2	1	60	2	1	60	2	1	60	2	1	45	1	1	90		3									
6	Sociolinguística: variação e mudança			Língua Inglesa I			Língua Espanhola I			Língua Inglesa II			Metodologia do Ensino de Literatura (PCC3)			Observação do ensino de Língua Portuguesa (PCC4)			Estágio Obrigatório III (Ensino Médio)											
	45	1	1	60	2	1	60	2	1	60	2	1	60		2	90		3	100											
7	Introdução aos Estudos em Língua Inglesa			Linguística Textual			Análise do Discurso			Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (PCC2)			Estágio Obrigatório I (Ensino Fundamental)			Estágio Obrigatório II (Ensino Fundamental)														
	60	2	1	60	2	1	60	2	1	60		2	100			100														
8				Semântica e Pragmática			Observação Etnográfica da Realidade Escolar (PCC1)																							
				60	2	1	60		2																					
T	390	12	7	420	12	8	450	12	9	420	12	8	460	10	7	460	8	8	385	7	6	205	1	1	3375	74	54			
													ATIVIDADES COMPLEMENTARES						TOTAL GERAL											

12.3 Integralização Curricular

Para obter a integralização do currículo, com vistas à formatura, o aluno precisa:

- Cumprir todas as disciplinas obrigatórias;
- Comprovar o cumprimento de, no mínimo, 200 horas de Atividades Complementares de Graduação, conforme as normas específicas das licenciaturas;
- Cumprir no mínimo 400 horas de Estágio Curricular;
- Apresentar Trabalho de Conclusão de Curso e obter aprovação em defesa pública.

12.4 Quadro de Equivalências de Disciplinas

Disciplinas do Currículo em Vigor	CH	Crédito		Disciplinas do Currículo a ser implantado	CH	Crédito	
		T	P			T	P
Leitura e Produção textual	60	2	1	Leitura e produção textual	60	2	1
Interação comunicativa em Língua Espanhola I	60	2	1	Introdução à Língua Espanhola	60	2	1
Interação comunicativa em Língua Inglesa I	60	2	1	Introdução aos Estudos em Língua Inglesa	60	2	1
Arte, Folclore e Cultura Popular Brasileira	60	2	1	Arte Brasileira e Influências da Cultura Indígena, Africana e Europeia	60	2	1
Apreciação Musical	60	2	1	Sem equivalência			
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	45	1	1	Fundamentos da História da Educação	60	1	1
Metodologia do Trabalho Científico	60	1	1	Metodologia do Trabalho Científico	60	1	1
Laboratório de Ensino em Linguagens e Códigos I	45	1	1	Sem equivalência			
Fundamentos da Psicologia da Educação	45	3		Fundamentos da Psicologia da Educação	45	1	1
Estudos Literários em Língua Portuguesa I	60	2	1	Teoria Literária I	45	1	1
Interação Comunicativa em Língua Espanhola II	60	2	1	Língua Espanhola I	60	1	1
Interação Comunicativa em Língua Inglesa II	60	2	1	Língua Inglesa I	60	2	1
Elementos da Linguagem Visual	60	2	1	Tecnologias na Criação Artística e Elementos da Linguagem Visual	60	2	1

História da Música	30	2		Sem equivalência			
Fundamentos Sociológicos da Educação	45	3		Fundamentos da Sociologia da Educação	45	1	1
Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	60		2	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	60		2
Tópicos de Linguística: Estudo do Texto e do Discurso	60	2	1	Linguística Textual	60	2	1
Estrutura Morfossintática da Língua Espanhola	60	2	1	Língua Espanhola II	60	2	1
Estrutura morfossintática da Língua Inglesa	60	2	1	Língua Inglesa II	60	2	1
História da Arte	60	2	1	História da Arte	60	2	1
Laboratório de Criação Musical	60	2	1	Sem equivalência			
Didática	60	2	1	Didática	60	2	1
Política e Organização da Educação	30	2		Política e Organização da Educação	60	1	2
Eletiva 1	60	2	1	Sem equivalência			
Estrutura e Funcionamento da Língua Portuguesa	60	2	1	Sintaxe da Língua Portuguesa	45	1	1
Noções de Fonética e Fonologia em Língua Espanhola	60	2	1	Sem equivalência			
Noções de Fonética e Fonologia em língua Inglesa	60	2	1	Sem equivalência			
Oficina em Artes Visuais 1	60	2	1	Sem equivalência			
Técnica Vocal	60	2	1	Sem equivalência			
Observação Etnográfica da Realidade Escolar	60		2	Observação Etnográfica da Realidade Escolar	60		2
Eletiva 2	60	2	1	Sem equivalência			
Metodologia do Ensino de Língua Espanhola	60		2	Sem equivalência			
Tópicos de estudos Literários em Língua Espanhola	60	2	1	Sem equivalência			
Tópicos de Estudos Literários em Língua Inglesa	60	2	1	Sem equivalência			
Oficina de Artes Visuais 2	60	2	1	Sem equivalência			
História da Música Popular Brasileira	60	2	1	Sem equivalência			
Folclore Musical: ritmos populares maranhenses	60	2	1	Sem equivalência			
Metodologia do Ensino de Música	60		2	Sem equivalência			
Estágio I	90			Estágio Obrigatório I (Ensino Fundamental)	100		
Tópicos em Linguística: variação e mudança	60	2	1	Sociolinguística: variação e mudança	45	1	1
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa	60		2	Sem equivalência			

Metodologia de Ensino de Artes Visuais	60		2	Sem equivalência			
Estágio	135			Estágio Obrigatório II (Ensino Fundamental)	100		
Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação	60	2	1	Tecnologias aplicadas à Educação	60	2	1
Literaturas de Língua Portuguesa: diversidade e interação	60	2	1	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	60	2	1
Literatura Brasileira I	60	2	1	Literatura Brasileira I: da formação ao século XIX	60	2	1
Formação Histórica da Língua Portuguesa	60	2	1	Formação Histórica da Língua Portuguesa	60	2	1
Tendências da Linguística Moderna Contemporânea	60	2	1	Introdução à Linguística Moderna e Contemporânea	60	2	1
Estrutura Morfossintática da Língua Portuguesa	60	2	1	Morfologia da Língua Portuguesa	45	1	1
Estágio II	90			Estágio Obrigatório III (Ensino Médio)	100		
Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais	60	2	1	LIBRAS	60	2	1
Literatura Brasileira II	60	2	1	Literatura Brasileira II: do século XX à contemporaneidade	45	1	1
Estudos Literários Maranhenses	60	2	1	Estudos Literários Maranhenses	45	1	1
Literatura Infanto-juvenil	30	2		Literatura Infantil e Juvenil	30	2	
Literatura Popular Brasileira	30	2		Sem equivalência			
Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna	60	2	1	EducaçãoLinguística e Ensino	60	2	1
Trabalho de Conclusão de Curso	60			Trabalho de Conclusão de Curso	60		
Estágio II	90			Estágio Obrigatório IV (Ensino Médio)	100		
Metodologia da Pesquisa em Educação	30	2		Seminário de Pesquisa em Educação	60	2	1

12.5 Quadro de Implantação Progressiva do Novo Currículo

		ANO LETIVO			
		2017.2	2018.2	2019.2	2020.2
ANO DE INGRESSO	2017.2	1º	2º	3º	4º
	2018.2		1º	2º	3º
	2019.2			1º	2º
	2020.2				1º

Observações:

1. A entrada no curso é anual e ocorre sempre no segundo semestre letivo de cada ano;
2. 2017.1 é o último semestre do currículo vigente em sua totalidade;
3. 2017.2 a 2020.2 – fase de transição;
4. Em 2020.2, o novo currículo estará totalmente implantado.

13 INTEGRAÇÃO COM A REDE PÚBLICA DE ENSINO

Vem sendo muito comum a integração da universidade com a rede pública, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), Programa que visa o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica.

O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino.

Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica, para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

No entanto, é importante o alcance de alguns objetivos do Programa, conforme descritos abaixo:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a Educação Básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre Ensino Superior e Educação Básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- Incentivar escolas públicas de Educação Básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Para tanto, o alcance destes objetivos não seria possível sem essa parceria com as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos participantes do Pibid, e estas ainda podem receber recursos financeiros para custear despesas essenciais à

execução dos projetos, por exemplo, a aquisição de material de consumo para as atividades desenvolvidas nas escolas sendo, dessa forma, um programa valoroso para estas instituições.

14 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

14.1 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Compreendemos que a Universidade é a instância para a construção da autonomia intelectual e do exercício da cidadania em uma ambiência democrática, a concepção de avaliação postulada implica tanto na avaliação da aprendizagem dos estudantes, como na avaliação do curso.

Essa avaliação tem como princípios que a educação é um direito social e dever do Estado, sendo que a formação acadêmico-científica, profissional, ética e política oferecida aos estudantes é uma das formas da Universidade prestar contas à sociedade do mandato que lhe foi socialmente conferido; a relevância da formação e da produção de conhecimentos para o desenvolvimento local e nacional; a co-responsabilidade de toda a comunidade acadêmica; o caráter processual e educativo da avaliação; o respeito à identidade e à diversidade; a globalidade; a legitimidade e a continuidade.

A avaliação da aprendizagem preconizada no presente projeto político pedagógico segue o disposto na Resolução N.º 1175/2014 – CONSEPE que versa sobre as normas regulamentadoras do sistema de registro e controle acadêmico.

A avaliação da aprendizagem ocorrerá por disciplina ou componente curricular, observando a realização de mais de uma atividade avaliativa para a constituição da nota final, sendo que o professor tem autonomia para proceder às adaptações necessárias quanto a tais atividades. Em face disso, a nota final equivale a uma média aritmética simples das atividades avaliativas, facultando-se ao professor a atribuição de pesos diferenciados para cada atividade, compondo a nota final com uma média aritmética ponderada.

Tendo em vista a necessidade de auxiliar no trabalho de avaliação da aprendizagem, sem prejuízo da autonomia docente e da legislação acadêmica vigente, sugere-se o seguinte quadro orientativo com a nota final, o indicativo do nível de aprendizagem, a caracterização do nível de aprendizagem e a medida pedagógica pertinente:

NOTA FINAL	INDICATIVO DONÍVEL DE APRENDIZAGEM	CARACTERIZAÇÃO DONÍVEL DE APRENDIZAGEM	MEDIDA PEDAGÓGICA SUGERIDA
0-4	Insuficiente	Não houve aprendizado ou ele foi abaixo do elementar	Estudos complementares e novo momento avaliativo com vistas à recuperação
5-7	Básico	Houve aprendizado, porém existe possibilidade de melhorá-lo	Estudos complementares e novo momento avaliativo com vistas ao reforço
8-9	Adequado	Houve aprendizado e existem condições de continuidade	Estudos complementares com vistas ao aprofundamento
10	Avançado	Houve aprendizado para além os parâmetros previstos	Estudos complementares com vistas à proposição de desafios que permitam a continuidade do progresso

14.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico é um artefato coletivo que responde pelo pensamento educacional atual desta Instituição e, considerando a dinâmica interna e externa ao curso, ele prescinde de permanente reflexão e necessita de constante aperfeiçoamento e reformulação.

O presente Projeto Pedagógico é fruto da proposta da Instituição na oferta do curso de Licenciatura em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa, em busca da qualidade das condições de oferta do curso, e tem como uma de suas metas a busca contínua pela sua própria avaliação, reformulação e re-implementação. Na medida em que os ambientes externo e interno ao curso se modificam, todas as partes deste projeto pedagógico necessitam ser revistas para adequar-se a novas realidades, tecnologias e idéias educacionais.

Entre os pontos que precisam ser constantemente avaliados estão:

- a efetividade dos princípios pedagógicos adotados no processo de ensino-aprendizagem;
- a efetividade dos métodos empregados na implementação do projeto;

- a adequação do perfil do egresso às necessidades da sociedade como um todo e da comunidade local em particular;
- o sucesso dos egressos em relação aos egressos de outras instituições.

Entre as ações planejadas para a contínua avaliação e reformulação deste projeto pedagógico citamos:

- Discussão permanente deste projeto com professores e utilização dos resultados da autoavaliação institucional como meio para melhorar e melhor adequar o projeto à Instituição;
- Motivação dos professores à pesquisa e implementação de métodos de ensino-aprendizagem que possam contribuir para a melhoria da qualidade do curso e a consequente publicação destes resultados em conferências e revistas especializadas;
- Realização de *workshops* durante o planejamento acadêmico com objetivo de discutir trabalhos e ideias que possam vir a contribuir com o projeto pedagógico;
- Reunião da coordenação com os alunos e representantes de turma – câmaras de avaliação discente - A participação crítica dos alunos em relação a este Projeto Pedagógico aumenta o nível de cobrança dos alunos e incentiva maior envolvimento dos professores também. Os resultados da câmara discente vêm para CPA que coteja as informações recebidas com as das avaliações discentes, elaborando dados quantitativos, qualitativos e fenomenológicos, que servem de instrumentos de avaliação, gestão e melhoria do curso.

O Colegiado de Curso se reúne mensalmente e, nas reuniões em que chegam novos dados da CPA, pretende-se uma discussão para reavaliar o curso a partir dos dados obtidos pela CPA, câmaras de avaliação e ouvidoria.

A CPA realiza avaliações semestrais de docentes e discentes e de perfil docente e discente que servem para reavaliar e pensar o curso. A avaliação do curso é a avaliação das ideias deste Projeto Pedagógico e da forma como ele é implementado.

14.2.1 Núcleo Docente Estruturante (Ordem de serviço N.º 024/2016)

- Prof. Me. Bergson Pereira Utta
- Profa. Ma. Claudia Leticia Gonçalves Moraes

- Profa. Ma. Eliane Pereira dos Santos
- Profa. Dra. Maira Teresa Gonçalves Rocha
- Prof. Me. Edmilson Moreira Rodrigues

14.3 Avaliação do Docente

A avaliação do docente seguirá as normas da Instituição de Ensino, apontando de forma especial reuniões em sala de aula ao término de cada atividade formativa, participação de representação discente nas reuniões de colegiado de curso, bem como através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), ao fim de cada semestre letivo, sendo esta avaliação um requisito obrigatório para proceder com a matrícula subsequente do discente.

Vale ressaltar que os dados provenientes da CPA também constituem parte da avaliação docente.

15 CONDIÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO

Neste item destaca-se que para o adequado funcionamento do Curso se fazem necessário: salas de aula climatizadas e com pontos de instalação elétrica; laboratórios com computadores e acesso à rede de Internet; bibliotecas com acervo em processo de atualização e em volumes que dentro em breve se tornarão suficientes para o número de discentes matriculados; banheiros asseados e com processo de implantação para acessibilidade; e sala climatizada mobiliada para os docentes.

Importa destacar que contamos com: todas as salas de aula climatizadas e sala para a Coordenação do Curso, Coordenações de Estágio e Monografia, reuniões e para o atendimento aos discentes.

15.1 Corpo Docente do Curso

NOME	CH	REGIME	TITULAÇÃO
Ana Stela de Almeida Cunha	40	DE	Doutorado e Pós-Doutorado
Bergson Pereira Utta	40	DE	Mestrado
Claudia Leticia Gonçalves Moraes	40	DE	Mestrado
Edmilson Moreira Rodrigues	40	DE	Mestrado (em processo de doutoramento).
Eliane Pereira dos Santos	40	DE	Mestrado (em processo de doutoramento).
Janine Alessandra Perini	40	DE	Mestrado (em processo de doutoramento).
KátiaCilene Ferreira França	40	DE	Mestrado (em processo de doutoramento).
Maira Teresa Gonçalves Rocha	40	DE	Doutorado
Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho	40	DE	Mestrado (em processo de doutoramento).
Maria Francisca da Silva	40	DE	Mestrado (em processo de doutoramento).
Rachel Sousa Tavares	40	DE	Doutorado

Rayron Lennon Costa Sousa	40	DE	Especialização (em processo de formação no mestrado)
---------------------------	----	----	--

15.2 Corpo Técnico Administrativo

- Aurenisia Rodrigues de Miranda.

15.3 Infraestrutura

O *Campus* de São Bernardo conta, atualmente, com um prédio construído para abrigar os cursos em funcionamento (Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Ciências Naturais e Turismo). O prédio do Núcleo tem arquitetura que inclui 15 salas de aula, uma sala de reunião, 4 salas de coordenação, uma sala com divisões de setores administrativos, três laboratórios, uma sala de informática, uma biblioteca, uma sala de estudos, uma sala de professores e uma sala da direção do *Campus*.

Dessa forma, o prédio do Núcleo responde satisfatoriamente às necessidades do curso, no tocante à infraestrutura física.

15.3.1 Política de Inclusão

A questão da deficiência constitui eixo temático importante para o Curso de Linguagens e Códigos da UFMA, considerando que o Curso tem suas concepções e práticas educativas fundadas nos direitos humanos. Para tanto, nos baseamos nas mais variadas legislações sobre o processo de inclusão, a saber: **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**; **Lei Nº 7.853/89**, que Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social; **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei N. 8.069/90)**; **Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)**, documentos internacionais passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva; **Declaração de Salamanca (1994)** que dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais; **Política Nacional de Educação Especial (1994)**; **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N.º 9.394/96**; **Decreto nº 3.298** que regulamenta a Lei

N.º 7.853/99 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular; **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB N.º 2/2001)**; **Plano Nacional de Educação – PNE, Lei N.º 10.172/2001**; **Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto N.º 3.956/2001** que afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais; **Resolução CNE/CP N.º 1/2002** que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais; **Lei N.º 10.436/02** que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão; **Portaria N.º 2.678/02** que aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino; **Cartilha – O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular (2004)**; **Decreto N.º 5.296/04** que regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; **Decreto N.º 5.626/05** que regulamenta a Lei N.º 10.436/02, visando à inclusão dos alunos surdos; **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006)**; **Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007)**; **Decreto N.º 6.094/07**, que estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas; **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)**; **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009)**; **Decreto N.º 6.571/08** que dá diretrizes para o estabelecimento do atendimento educacional especializado no sistema regular de ensino (escolas públicas ou

privadas); **Decreto N.º 6.949/09** que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo; **Resolução Nº. 4 CNE/CEB (2009)** que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica; **Plano Nacional de Educação (PNE) (2011)**; **Lei N.º 12.764/12** que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei N.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Para melhor atendimento às pessoas com deficiência locomotora, destaca-se que o prédio principal do *Campus* de São Bernardo, onde funciona o Curso, possui acessibilidade. Ademais, o Curso é assistido pelo setor de Assistência Social do campus com o funcionamento durante o horário do Curso de Linguagens e Códigos Língua Portuguesa, que também auxilia no atendimento a esse público com deficiência para acompanhamento pedagógico específico, também assistido por setor com esta demanda.

Além disso, o Curso tem buscado se articular com os outros cursos do *Campus* (Ciências Humanas, Ciências Naturais e Turismo) que possuem nos seus quadros, docentes qualificados para o atendimento pedagógico de pessoas com deficiências.

16 EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS

16.1 Núcleo de Formação Específica

LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL (60h)

Ementa: Compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros: seminário, resumo, resenha, ensaio, artigo de opinião. A construção do ponto de vista e da argumentação. Organização de parágrafos e uso de conectivos. Autoria e intertextualidade.

Referências básicas

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática Textual:** atividades de leitura e escrita. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília. **Planejar gêneros acadêmicos.** São Paulo: Parábola, 2005.
MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola, 2010.

Referências Complementares

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2002.
KOCH, Ingedore G. Villaça; BENTES Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis.** São Paulo: Cortez, 2007.
MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília. **Resenha.** São Paulo: parábola, 2005.
MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée. (Orgs). **Gêneros Textuais e Práticas Discursivas:** subsídios para o ensino da Linguagem. Bauru, Edusc, 2002.
PLATIN, C. **A argumentação:** História, teorias e perspectivas. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: parábola, 2008.

INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA MODERNA E CONTEMPORÂNEA (60h)

Ementa: A natureza da Linguagem Humana. Linguística: conceito e objeto de estudo. Linguagem, língua e fala. Estruturalismo, Gerativismo e Funcionalismolinguístico.

Referências básicas

CUNHA, Maria Angélica Furtado da.(org) et al. **Linguística funcional:** teoria e prática. São Paulo: Parábola, 2015.
MARTELOTTA, M.E. (org) et al. **Manual de Linguística.** São Paulo: Contexto, 2008.
SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye. Tradução de AntonioChelini, José Paulo Paes. 27. ed.São Paulo: Cultrix, 2006.

Referências Complementares

FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística I: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2002.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2005.

LOPES, E. Fundamentos da Linguística Contemporânea. São Paulo: Cultrix, 2008

LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Trad. Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1987.

XAVIER, Antônio Carlos e CORTEZ, Suzana. (orgs). **Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística**. São Paulo: Parábola, 2003.

SOCIOLINGUÍSTICA: VARIAÇÃO E MUDANÇA (45h)

Ementa: Estudo de questões teóricas e metodológicas vinculadas à relação língua e sociedade. Variação e mudança linguística. Pesquisa Sociolinguística. A sociolinguística e o ensino de língua materna.

Referências básicas

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora? sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002

MOLLICA, Maria Cecília; Maria L. Braga. **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

Referências Complementares

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é e como se faz**. São Paulo: Loyola, 2004.

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua Materna: letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola, 2008.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTOS E SILVA, R. V. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MORFOLOGIADA LÍNGUA PORTUGUESA (45h)

Ementa: A palavra e sua estrutura. Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica. Os mecanismos flexionais e derivacionais. As categorias gramaticais. O problema da classificação das classes: critérios morfológico, sintático e semântico.

Referências básicas

CAMARA Jr., Joaquim M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

KOCH, Ingedore Villaça; SOUZA e SILVA, Maria Cecília Perez de. **Linguística Aplicada ao Português: Morfologia**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000.

Referências Complementares

ANTUNES, Irandé. **Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula**. São

Paulo: Parábola Editorial, 2012.
 BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **A palavra e a sentença**: estudo introdutório. São Paulo: Parábola, 2011.
 CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. São Paulo: Ática, 2007.
 KEHDI, Valter. **Morfemas do Português**. SP: Ática, 2003.
 PETTER, M. M. T. Morfologia. In: J. L. Fiorin (Org.) **Introdução à linguística I: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2008.

TEORIA LITERÁRIA I (45h)

Ementa: A constituição da teoria da literatura: breve histórico. Estudo de questões referentes às conceituações de Literatura e de Teoria da Literatura. Os gêneros literários: épico, lírico e dramático. Prosa e Poesia. Panorama dos movimentos literários.

Referências Básicas

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
 EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
 SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2007.

Referências Complementares

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Edipro, 2011.
 BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: Huicitec editora, 2010.
 BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Editora 34, 2013.
 CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
 REUTER, Yves. **A análise da narrativa**: o texto, a ficção e a narração. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

LINGUÍSTICA TEXTUAL (60h)

Ementa: Contextualização histórica e objeto de estudo da linguística textual: A perspectiva sociocognitivo-interacionista do processamento textual. Princípios de construção textual do sentido: intertextualidade e polifonia, coerência, coesão, informatividade e situacionalidade. A relação entre texto e hipertexto.

Referências básicas

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
 KOCH, Ingedore Villaça, ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: contexto, 2008.
 MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

Referências Complementares

BARROS, Diana Luz Pessoa; Fiorin, José Luiz (orgs). **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 2003.

KOCH, Ingedore; BENTES, Anna Christina & CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007.
 KOCH, Ingedore Villaça. **As tramas do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
 MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (orgs). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
 MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto**: o que é e como se faz? São Paulo, Parábola, 2012.

SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA (60h)

Ementa: Estudo dos processos de significação e suas complexidades, focalizando a organização léxico-semântica de textos orais e escritos. Definição e campo de estudo da pragmática: implicaturas conversacionais, teoria dos atos de fala, teoria da polidez.

Referências básicas

ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. São Paulo: parábola: 2005.
 CANÇADO, M. **Manual de Semântica**: noções básicas e exercícios. Belo Horizonte: ed. da UFMG, 2012.
 MARQUES, Duarte Helena Maria. **Iniciação à Semântica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Referências Complementares

FIORIN, J. L. A Linguagem em uso. In FIORIN, J. L. (ORG) **Introdução à linguística I: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2004.
 _____. Pragmática. In FIORIN, José Luiz (ORG) **Introdução à linguística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2004.
 LEVINSON, S.C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
 KOCH, I.G.V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez. 2011.
 TAMBA-MECZ, I. **A semântica**. São Paulo: Parábola, 2006.

TEORIA LITERÁRIAII (45h)

Ementa: Estudo de correntes representativas da reflexão crítico-teórica sobre o texto literário, do século XIX à atualidade. Reflexão sobre teorias críticas que orientem a leitura investigativa do texto de feição literária. Leitura de análises apoiadas nas principais correntes críticas.

Referências Básicas

AUERBACH, Erich. **Mimesis - A representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.
 PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
 TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Referências Complementares

BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Editora 34, 2013.
 BRUNEL, Pierre; PICHOS, C. L.; ROUSSEAU, A. M. **Que é literatura comparada?** São Paulo: Perspectiva, 1995.

PAZ, Octavio. **Signos em rotação**. SP: Perspectiva, 1996.
 SANTOS, Luís Alberto Brandão; Oliveira, Silvana Pessôa de. **Sujeito, tempo e espaço ficcionais**: Introdução à Teoria da Literatura. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
 SOUZA, Roberto Acízelo. **Teoria da Literatura**. São Paulo. Ed. Ática: 2007.

SINTAXEDA LÍNGUA PORTUGUESA (45h)

Ementa: Estudo dos processos de estruturação sintática no português do Brasil numa perspectiva formal e funcional. Gramaticalidade e uso. Apresentação da relação entre fenômenos sintáticos e fenômenos semânticos na estrutura da sentença e do discurso em língua portuguesa. Sintaxe e o ensino de língua Portuguesa na Educação Básica.

Referências básicas

KOCH, Ingedore Villaça; SOUZA e SILVA, Maria Cecília Perez de. **Linguística Aplicada ao Português**: Sintaxe. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
 PERINI, Mário. **A Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.
 SAUTCHUK, Inez. **Prática de morfossintaxe**: como e por que aprender análise (morfo)sintática. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

Referências Complementares

AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990
 NEGRÃO, Esmeralda Vailati; SCHER, Ana Paula; VIOTTI, Evani de Carvalho. **Sintaxe**: explorando a estrutura da sentença. In: J. L. Fiorin (Org.) **Introdução à linguística I**: análises e princípios. São Paulo: Contexto, 2008.
 NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Contexto, 1997.
 SILVA, Gustavo Adolfo P. da. **Estruturas sintáticas do Português**. São Paulo: Quartet, 2013.
 VILELA, Mário; KOCH, I. V. **Gramática da língua portuguesa**: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso. Coimbra: Almedina, 2001.

ANÁLISE DO DISCURSO (60h)

Ementa: Noções sobre discurso e gêneros do discurso na mídia escrita e digital. Contexto histórico do surgimento da Análise do discurso. Elementos de análise do discurso: condições de produção, ideologia, efeito de sentido e sujeito, dialogismo, interdiscursividade, memória discursiva/interdiscursiva

Referências básicas

BRANDÃO, Helenna H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: Unicamp, 2012.
 MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.
 ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2002.

Referências Complementares

BAKHTIN, M. Gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRAIT, B. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

BRAIT, Beth; SILVA – e – SOUZA, Maria Cecília (Orgs). **Texto ou discurso?**, São Paulo: Contexto, 2012.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: parábola, 2009.

GÊNEROS TEXTUAIS E PRÁTICAS SOCIAIS DE LEITURA E ESCRITA (45h)

Ementa: Os gêneros discursivos/textuais nos estudos contemporâneos da linguagem na mídia impressa e digital. Procedimentos analíticos. Os gêneros no ensino e aprendizagem da escrita, da leitura e da produção de textos. Proposições metodológicas para elaboração de material didático.

Referências Básicas

ARAÚJO, Júlio César (Org.). **Internet & ensino**: novos gêneros, outros desafios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

BAKHTIN, M. Gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

Referências complementares

BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B; CAVALCANTE, M. M. (Org.). **Gêneros e Sequências Textuais**. Recife: Edupe, 2009.

MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desiree. **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.

MILLER, Carolyn R. **Gênero textual, agência e tecnologia**. São Paulo: Parábola, 2012. Trad.: Judith Chambliss Hoffnagel et al.

NASCIMENTO, Elvira Lopes (Org.). **Gêneros textuais**: da didática das línguas aos objetos de ensino. São Carlos: Claraluz, 2009.

SIGNORINI, Inês (Org.). **Gêneros catalisadores**: letramento e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006.

LITERATURA PORTUGUESA (60h)

Ementa: Periodização da literatura portuguesa. A Literatura portuguesa do Trovadorismo às tendências contemporâneas: obras e autores representativos. Intertextos.

Referências Básicas

ABDALA-JR, Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História social da literatura portuguesa**. São Paulo, Ática, 1990.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através dos textos**. 25. ed. São Paulo, Cultrix, 1999.

SARAIVA, Antônio José; LOPES, Oscar. **História da literatura portuguesa**. Porto: Ed. Porto, 2001.

Referências Complementares

- DONÓFRIO, Salvatore. **Literatura Ocidental: autores e obras fundamentais**. São Paulo: Ática, 2004.
- HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro: imagem e miragem da lusofonia**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MOISES, Massaud. **Pequeno dicionário de literatura portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 1987.
- MONGELLI, Lênia Márcia de M. et al. **A literatura portuguesa em perspectiva**. v. 1-3. São Paulo: Atlas, 1992.

NOÇÕES DE FONÉTICA E FONOLOGIA EM LÍNGUA PORTUGUESA (45h)

Ementa: Fonética e Fonologia: conceito, objeto de estudo e abordagens históricas. A fonética articulatória. A descrição do sistema fonológico da língua portuguesa (vogais, consoantes, acento, sílaba). Consciência fonológica: implicações para aquisição da escrita.

Referências básicas

- CALLON, Dinah; LEITE, Yon. **Iniciação à fonética e à fonologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga; LAZAROTTO-Volcão, Cristiane. **Para Conhecer Fonética e Fonologia do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.
- SILVA, Thaís Cristóforo. **Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Referências Complementares

- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Análise fonológica: introdução à teoria e prática com especial destaque para o modelo fonêmico**. Campinas: Edição do autor, 1997.
- HENRIQUES, Claudio Cesar. **Fonética, fonologia e ortografia**. São Paulo: Gen, 2012.
- SIMÕES, Darcília. **Considerações sobre a fala e escrita: fonologia em nova chave**. São Paulo: Parábola, 2006.
- SOUZA, Paulo Chagas de; SANTOS, Raquel Santana. Fonética. In: FIORIN, José Luiz. (org). **Introdução à linguística II: Princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. Fonologia. In: Fiorin, José Luiz (org.). **Introdução à linguística II: princípios de análise**. São Paulo, Contexto, 2008.

LITERATURA BRASILEIRA I: DA FORMAÇÃO AO SÉCULO XIX (60h)

Ementa: Manifestações literárias do período colonial. Configuração de um sistema literário. Estudo contextualizado e crítico da produção literária do século XIX, priorizando as obras consagradas como paradigmas das literaturas de expressão brasileira.

Referências Básicas

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2013.
 CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.
 MOISÉS, Massaud. **A literatura brasileira através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 2012.

Referências Complementares

BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Editora 34, 2013.
 SAMUEL, Roger (Org.). **Manual da teoria literária**. 14a ed. revista e atualizada. Petrópolis: Vozes, 2001.
 STALLONI, Yves. **Os gêneros literários**. Trad. de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001
 SOUZA, Roberto Acízelo de. **Teoria da literatura**. São Paulo: Ática, 1997.
 THEOBALDO, Carlos Eduardo. **A contribuição Jesuítica na implantação do português do Brasil**. Disponível em:
 <<https://www.espacoacademico.com.br/087/87theobaldo.htm>>.

LITERATURA BRASILEIRA II: DO SÉCULO XX À CONTEMPORANEIDADE (45h)

Ementa: Estudo contextualizado e crítico da produção literária do século XX e XXI, priorizando as obras consagradas como paradigmas das literaturas de expressão brasileira. Autores e obras da literatura contemporânea: abordagens histórica, estética e cultural.

Referências Básicas

BANDEIRA, Manuel. **Apresentação da poesia brasileira**. Seguida de uma antologia/posfácio de Otto Maria Carpeaux. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
 BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2013.
 CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

Referências Complementares

MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira**. V. I. Das origens ao Romantismo. São Paulo: Cultrix, 2004.
 _____. **História da Literatura Brasileira**. V. II. Realismo e Simbolismo. São Paulo: Cultrix, 2004.
 SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa: a ficção brasileira modernista**. Disponível em: <file:///C:/37865-44525-1-PB%20(3).pdf>.
 TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências**

vanguardistas, de 1857 a 1972. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
 VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira Pinto a Machado de Assis. 5. ed. Brasília: Ed. UNB, 2005.

LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA (60h)

Ementa: Visão panorâmica das literaturas produzidas em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, através de informações básicas sobre os estilos de época, bem como os escritores e obras mais representativas. Ecos e reflexosafricanosnaliteraturabrasileira.

Referências Básicas

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro**: a literatura guineense e a narração da nação. 2005. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
 CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique**: experiência colonial e territórios literários. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.
 FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literaturas africanas de língua portuguesa**: percursos da memória e outros trânsitos. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2008.

Referências Complementares

ANGIUS, F. e ANGIUS, M. Mia Couto. **O desanoitecer da palavra**. Estudo, seleção de textos e bibliografia anotada de um autor moçambicano. Coleção Encontros de Culturas. Praia-Mindelo: Embaixada de Portugal/ Centro Cultural Português, 1998.
 MELO, Elisabete. **História da África e afro-brasileira**: em busca de nossas origens. São Paulo: Selo Negro, 2010.
 MOUTINHO, J. V. (org.). **Contos populares de Angola**. Folclore quibundo São Paulo: Landy Editora, 2002.
 LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas africanas e formulações pós-coloniais**. Maputo: UEM, 2003.
 CHABAL, Patrick. **Vozes Moçambicanas**. Literatura e nacionalidade. Agueda: Vega, 1994.

LITERATURA INFANTIL E JUVENIL (30h)

Ementa: Estudo da literatura infantil e juvenil das origens aos nossos dias. Texto literário como importante instrumento de formação de leitores e sua importância para o desenvolvimento do senso estético e ideológico, da consciência sobre a diversidade étnico-cultural, sobre a preservação do meio ambiente.

Referências Básicas

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infanto-juvenil**. São Paulo: Ática,
 KLEIMAN, A. MORAES, S. **Leitura e interdisciplinaridade**: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
 LISBOA, Henriqueta. **Literatura oral para a infância e a juventude**: lendas. Cantos e fábulas populares no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2002.

Referências Complementares

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fada**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CADEMARTORI, Lúgia. **O que é literatura infantil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COELHO, Betty. **Contar histórias: uma arte sem idade**. São Paulo: Ática, 2001.

FARIA, Maria Alice. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

GOÉS, Lucia Pimentel. **Introdução à literatura infantil e juvenil**. São Paulo: Pioneira, 1991.

GONÇALVES FILHO, A. **Educação e Literatura**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA (60h)

Ementa: Modelos de periodização tradicional do processo de formação do português. Estudo da origem, da expansão e dos processos de mudança da Língua Portuguesa sob o ponto de vista diacrônico, considerando aspectos fonológicos, morfossintáticos e pragmático/discursivos.

Referências básicas

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo, Ática, 1991.

FÁVERO, Leonor. **As concepções linguísticas no século XVIII**. A gramática portuguesa. Campinas, SP: Edit. Unicamp, 1996.

RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (orgs). **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

Referências Complementares

CASTRO, Ivo. **Curso de história da língua portuguesa**. Lisboa, Universidade Aberta, 1999.

COUTINHO, Ismael. **Gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SPINA, Segismundo (org.). **História da língua portuguesa**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

ESTUDOS LITERÁRIOS MARANHENSES (45h)

Ementa: Literatura maranhense: panorama geral – primórdios, formação, movimentos e agremiações. Poesia maranhense: principais representantes (neoclássicos e românticos, parnasianos, simbolistas, modernistas, contemporâneos da atualidade). A romanescamaranhense: principais autores e obras.

Referências Básicas

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal

Fluminense, Departamento de História, 2009.
 LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon maranhense**: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. Rio de Janeiro: Alhambra, 2004.
 NERES, José; CAVALCANTE, Dino (orgs.). **O século XX e a literatura maranhense**: reflexões sobre a narrativa em prosa. São Luís: EDUFMA, 2016.

Referências complementares

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. “**Acorda Ateniense! Acorda Maranhão!**”! Identidade e tradição no Maranhão de meados do século XX (1940-1960). São Luís: Edfuma, Ciências Humanas em Revista, v. 3, n. 02, 2005.
 MORAES, Jomar. **Gonçalves Dias**: vida e obra. São Luís: ALUMAR, 1998.
 MORAES, Nascimento. **Vencidos e degenerados e contos de Valério Santiago**. São Luís: Secretaria do Estado da Cultura do Maranhão, 1992.
 NERES, José. **Montello**: o Benjamim da Academia. São Luís: Carajás, 2008.
 SILVA, Régia Agostinho. **A escravidão no Maranhão**: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO (60h)

Ementa: Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em educação. Tipos de pesquisa em educação. Técnicas/instrumentos de observação e coleta de dados de pesquisa, procedimentos de análises dos dados coletados, etapas lógicas e metodológicas como elementos constituintes do projeto de pesquisa e acompanhamento da elaboração do projeto de TCC.

Referências Básicas

BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
 COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996.
 LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Referências Complementares

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de et al. (Orgs). **Entrevista na Pesquisa em Educação** – A prática Reflexiva. 2. ed. Brasília: Líber Livros, 2008.
 COSTA, Marco A. da. COSTA, Maria de Fátima B. da. **Metodologia da Pesquisa** – Conceitos e Técnicas. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2009.
 GATTI, Bernadete A. **Construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Edit. Líber Livro, 2008.
 KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
 MORAES, Irany N. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Roca, 2007.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO (60h)

Ementa: Fundamentos da Metodologia Científica. Ciência e tipos de conhecimento. Métodos de estudo. Métodos e técnicas de pesquisa para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos (Projeto de pesquisa, Relatórios e Artigos). A organização de texto científico: normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (normas ABNT).

Referências Básicas

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico:** elaboração de trabalhos de graduação. 5 ed. São Paulo. Atlas, 2001. 2002.

BASTOS, Cleverson Leite. KELLER, Vicente; MARTIN, Irineu; LENGRAND, Paul. **Aprendendo a aprender:** introdução à metodologia científica. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Referências Complementares

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica:** para uso dos estudantes universitários. 3 ed. São Paulo: MCCRAW-HILL do Brasil, 1983.

COSTA, Marco A. da. COSTA, Maria de Fátima B. da. **Metodologia da Pesquisa – Conceitos e Técnicas.** Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2009.

CRUZ, Ana Maria, da Costa; PEROTA, Maria Luiza Rocha; MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses:** estrutura e apresentação (NBR 14724/2002). 2 ed. Rio de Janeiro: Interciências; Niterói: Intertexto, 2004.

DMITRUK, Hilda Beatriz (Org.). **Cadernos Metodológicos:** diretrizes do trabalho científico. 6. ed. Ver. ampl. e atual. Chapecó: Argos, 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ementa: Trabalho de conclusão de curso envolvendo tema de pesquisa em uma ou mais linhas prioritárias do curso, desenvolvido individualmente pelo aluno, sob a orientação de um professor.

Referências Básicas^L_{SEP}

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa:** monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

KÖCHE, José C. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Referências Complementares

LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MACEDO, N.D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo: Loyola, 1994.

NAHUZ, Cecília dos Santos & FERREIRA, Lusimar Silva. **Manual para normalização de monografias**. 3. ed. ver, atual. e ampl. São Luís, 2002.

RUDIO, Franz V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SALOMON, Délcio V. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

16.2 Núcleo de Formação Interdisciplinar

INTRODUÇÃO À LÍNGUA ESPANHOLA (60h)

Ementa: Introdução à história da língua espanhola e suas variantes linguísticas. Estudo das estruturas léxico-gramaticais em nível básico que proporcionem o desenvolvimento das cinco habilidades: produção oral e escrita, compreensão leitora / auditiva e interação linguístico-social.

Referências Básicas

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GALERA, Maria Claudia. **Espanhol**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MASIP, Vicente. **Gramática españolapara brasileiros**: fonologia y fonética, ortografía, morfosintaxis. São Paulo: Parábola, 2010.

Referências Complementares

COUTO, Leticia Rebollo; LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.). **As formas de tratamento em Português e em Espanhol**. Editora da UFF: Niterói - Rio de Janeiro, 2011.

ERES FERNÁNDEZ, Gretel (coord.). **Expresiones idiomáticas**. Valores y usos. S. Paulo: Ática, 2004.

ESPAÑOL LENGUA VIVA 1. Editora Santillana: Universidad de Salamanca, 2013.

FANJUL, Adrián. **Gramática de Español**: paso a paso. São Paulo: Moderna, 2005.

REYES, Graciela. ¿ **Cómo escribir bien en Español?** Arcos Libros S.L.: Madrid, 1998.

LÍNGUA ESPANHOLA I (60h)

Ementa: Desenvolvimento das habilidades linguísticas, discursivas, socioculturais e estratégicas em Língua Espanhola, com foco nas cinco habilidades linguísticas – ouvir, falar, ler, escrever e interagir linguístico – social; com prioridade à comparação de tipologias textuais variadas facilitando a compreensão auditiva e a expressão oral e escrita que incluam textos (narrativos e descritivos) dialogados, hipertextos, bem como, mostras dialógicas de texto literário, do universo da cinematografia e da música.

Referências Básicas

GALERA, Maria Claudia. **Espanhol**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MASIP, Vicente. **Gramática españolaparabrasileiros: fonología y fonética, ortografía, morfosintaxis.** São Paulo: Parábola, 2010.

MICHAELIS: **MINIDICIONÁRIO ESPANHOL.** 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

Referências Complementares

COUTO, Leticia Rebollo; LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.). **As formas de tratamento em Português e em Espanhol.** Editora da UFF: Niterói - Rio de Janeiro, 2011

ERES FERNÁNDEZ, Gretel (coord.). **Expresiones idiomáticas.** Valores y usos. S. Paulo, Ática, 2004.

ESPAÑOL LENGUA VIVA 1. Editora Santillana: Universidad de Salamanca, 2013.

FANJUL, Adrián. **Gramática de Español: paso a paso.** São Paulo: Moderna, 2005.

REYES, Graciela. **¿ Cómo escribir bien en Español?** Arcos Libros S.L.: Madrid, 1998.

LÍNGUA ESPANHOLA II (60h)

Ementa: Estudo das estruturas léxico-gramaticais em nível básico e intermediário que proporcionem o desenvolvimento das cinco habilidades: produção oral e escrita, compreensão leitora e auditiva, e interação linguístico-social. Desenvolvimento das habilidades linguísticas, discursivas, socioculturais e estratégicas em Língua Espanhola, com prioridade à comparação de tipologias textuais variadas facilitando a compreensão auditiva e a expressão oral e escrita que incluam textos (expositivos e argumentativos) dialogados, hipertextos, bem como, mostras dialógicas de texto literário, do universo da cinematografia e da música.

Referências Básicas

GALERA, Maria Claudia. **Espanhol.** São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MASIP, Vicente. **Gramática españolaparabrasileiros: fonología y fonética, ortografía, morfosintaxis.** São Paulo: Parábola, 2010.

MICHAELIS: **MINIDICIONÁRIO ESPANHOL.** 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2009.

Referências Complementares

COUTO, Leticia Rebollo; LOPES, Célia Regina dos Santos (Orgs.). **As formas de tratamento em Português e em Espanhol.** Editora da UFF: Niterói - Rio de Janeiro, 2011.

ERES FERNÁNDEZ, Gretel (coord.) **Expresiones idiomáticas.** Valores y usos. S. Paulo: Ática, 2004.

ESPAÑOL LENGUA VIVA 2. Editora Santillana: Universidad de Salamanca, 2013.

FANJUL, Adrián. **Gramática de Español: paso a paso.** São Paulo: Moderna, 2005.

REYES, Graciela. **¿ Cómo escribir bien en Español?** Arcos Libros S.L.: Madrid, 1998.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO EM LÍNGUA INGLESA (60h)

Ementa: Estudo da língua inglesa em suas estruturas básicas, através de textos científicos e interdisciplinares que propiciem o educando desenvolver os saberes e práticas linguísticas voltados para um enfoque interdisciplinar. Propõe-se, ainda, desenvolver as habilidades linguísticas na expressão oral e escrita (ouvir, falar, ler e escrever), em uma abordagem comunicativa, por meio de situações do cotidiano. Discussões temáticas de cunho social. Treinamento de estruturas básicas contextualizadas. Leitura e interpretação e produção de textos simplificados em nível básico.

Referências Básicas

LIMA, Denilso de. **Gramática de uso da língua inglesa: a gramática do inglês na ponta da língua**. 1. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2015.
 PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Aquisição de Segunda Língua**. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2014.
 RICHARDS, Jack. C. **Interchange Fourth edition**. Student book livro intro. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Referências Complementares

CARLISI, Karen & Susana Christie. **Tapestry Listening and Speaking 3**. Heinle, 2003.
 CRAIG Thaine. **Cambridge Academic English: an integrated skills course for EAP - Intermediate**. CUP. New York: 2012
 DAY, Richard R.; YANAMAKA, Junko. **Impact topics: 30 exciting topics to talk about in English**. Longman, 2001.
 LIMA, Diógenes Cândido. O ensino de Língua Inglesa e a questão cultural. In: **Ensino Aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
 SWAN, C. W. & SWAN, M. **The good grammar book**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LÍNGUA INGLESA I (60h)

Ementa: Estudo do uso das estruturas básicas em língua inglesa, com vistas à participação social do aprendiz, por meio da abordagem de temáticas e situações relacionadas à identidade e experiências cotidianas. Considera as convenções culturais, assim como as quatro habilidades comunicativas (ouvir, falar, ler e escrever). Utilização de recursos eletrônicos e tecnológicos, enquanto meios para interagir e estudar a língua inglesa, de forma autônoma, bem como otimizar o processo de ensino e aprendizagem da mesma.

Referências Básicas

MURPHY, R. **Essential Grammar in use – With answers and CD Room**. Martins Editora: São Paulo, 2010.
 RICHARDS, Jack. C. **Interchange Fourth edition**. Student book livro intro. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
 RICHARDS, Jack. C. **Interchange Fourth edition**. Workbook. Cambridge:

Cambridge University Press, 2012.

Referências Complementares

KIMBROUGH, Victoria & FRANKEL, Irene. **Gateways 1** (student book and workbook). USA: Oxford University Press, 1998.

LAROY, Clement. **Pronunciation**. London: Oxford University Press, 1996.

LONGMAN, Básica. "Dicionário Longman Escolar para Estudantes Brasileiros. 3. ed. 1995.

ROACH, Peter. **English Phonetics and Phonology**. London: Cambridge, 1999, (2 cds).

SWAN, C. W. & SWAN, M. **The good grammar book**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LÍNGUA INGLESA II (60h)

Ementa: Estudo do uso das estruturas básicas em língua inglesa, com vistas à participação social do aprendiz, por meio da abordagem de temáticas e situações relacionadas à identidade e experiências cotidianas. Considera as convenções culturais, assim como as quatro habilidades comunicativas (ouvir, falar, ler e escrever). Utilização de recursos eletrônicos e tecnológicos, enquanto meios para interagir e estudar a língua inglesa, de forma autônoma, otimizando o processo de ensino e aprendizagem da mesma. Leitura, análise e compreensão de pequenos textos, relacionados à aprendizagem de uma segunda língua.

Referências Básicas

SULIVAN, Michael. **ENGLISH LEARNING DICTIONNARY**. Co-Building Oxford. Grammar in use. Oxford.

RICHARDS, Jack. C. **Interchange Fourth edition**. Student book livro intro. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MURPHY, Raymond & ALTMAN, Roann. **Grammar in use**. London: Cambridge, 1998.

Referências Complementares

COLLINS COBUILD ENGLISH DICTIONARY. London: Harper Collins Publishers, 1998.

KIMBROUGH, Victoria & FRANKEL, Irene. **Gateways 1** (student book and workbook). USA: Oxford University Press, 1998.

LAROY, Clement. **Pronunciation**. London: Oxford University Press, 1996.

ROACH, Peter. **English Phonetics and Phonology**. London: Cambridge, 1999 (2 cds).

SWAN, C. W. & SWAN, M. **The good grammar book**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

TECNOLOGIAS NA CRIAÇÃO ARTÍSTICA E ELEMENTOS DA LINGUAGEM VISUAL (60h)

Ementa: Análise dos recursos produzidos pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs) como ferramentas no auxílio à pesquisa e produção artística. Estudo das abordagens teóricas da comunicação visual. Modos de articulação formal dos elementos da linguagem visual (técnicas, materiais e procedimentos) na

criação de uma composição bidimensional e tridimensional.

Referências Básicas

BLAZUS, Maria Cristina Vilanova. (Org.). **Projeto Aprender**: abordagens para uma Arte/Educação tecnológica / Organização e coordenação por Maria Cristina Vilanova Blazus. – Porto Alegre: Editora Promoarte, 2009.
 ROCHA, Maira Teresa G. **A Arte/Educação e as Dimensões Simbólicas do Imaginário para a Inclusão Social**. São Luís: EDUFMA, 2012.
 PARENTE, André (org). **Imagem Máquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: ed. 34 (coleção TRANS), 1993.

Referências complementares

DONDIS, Donis. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
 GUIMARAES, Luciano. **A cor como informação: a construção biofísica**, linguística e cultural da simbologia das cores. São Paulo: Annablume, 2002.
 FORTES, Raimunda (Org.). **Leitura visual: uma experiência interdisciplinar no estudo das artes plásticas**. São Luís, 2001.
 KANDINSKY, Wassily. **Ponto e linha sobre plano**: contribuições à análise dos elementos da pintura. São Paulo: Martins Fontes: 2012.
 PEDROSA, Israel. **Da cor à cor inexistente**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. Léo Christiano; EDUFF, 2002.

HISTÓRIA DA ARTE (60h)

Ementa: Conceitos básicos fundamentais para a leitura e compreensão do fenômeno artístico em diferentes contextos históricos: destaca elementos da arte na Pré-História, Egito Antigo, Oriente Próximo (Assíria /Babilônia/Creta/Fenícia), Arte Grega, Arte Bizantina, Arte Romana, (Românico e Gótico), Renascimento, Maneirismo, Barroco, Rococó, Neoclassicismo, Romantismo, Realismo, Impressionismo e Pontilhismo, Pós Impressionistas, Expressionismo, Futurismo, Cubismo, Fovismo, Abstracionismo Geométrico, Dadaísmo, Surrealismo, Expressionismo Abstrato, Pop Art, OpArt, Minimalismo, Arte Cinética, Arte Povera, Hiper-realismo, Instalação, Happening e Arte Conceitual: Body Art; Performance, Land Art, Arte Pós-Moderna, Arte Digital e Arte Contemporânea.

Referências Básicas

GOMBRICH, Ernst Hans. **A História da Arte**. Tradução de Álvaro Cabral. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995.
 HAUSER, ARNOLD. **História Social da Arte e da Literatura**. Editora: Martins Fontes, 1998.
 JANSON, H. W. e Janson. A. F. **Iniciação à História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Referências Complementares

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 6. ed. São Paulo: Martins Pontes, 2014.
 ARNHEIM, RUDOLF. **Arte e Percepção Visual**: uma psicologia da Visão Criadora. Editora: Thomson Learning, 2005.
 FICHER, Ernst. **A Necessidade da Arte**. Rio de Janeiro: Ed Guanabara, 1970.

HAUSER, Arnold. **Maneirismo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.
 OSTROWER, Fayga. **Universo da arte**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1996.

ARTE BRASILEIRA E INFLUÊNCIAS DA CULTURA INDÍGENA, AFRICANA E EUROPEIA (60h)

Ementa: Estudo das influências culturais indígenas, africanas e europeias no Brasil, observando a relação arte e sociedade no âmbito dos rituais e espaços das artes visuais e literárias: análise de formas e materiais expressivos da arte dos povos indígenas; análise da arte africana e sua referência na arte afro-brasileira. Produção cultural em diferentes períodos da História: arte no Período Colonial; Missão Artística Francesa; Semana de Arte Moderna; Arte Pós-moderna e Contemporânea. Arte Maranhense. Cultura material e imaterial com ênfase em expressões artísticas de São Bernardo.

Referências Básicas

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
 SILVA, DM. CALAÇA, M.C.F. **Arte Africana e Afro-brasileira**. São Paulo: Terceira Margem, 2006.
 VIDAL, Lux (org.). **Grafismo Indígena: estudos de antropologia estética**. São Paulo: Studio Nobel: Universidade de São Paulo: FAPESP, 1992.

Referências complementares

AYALA, Marcos, et al. **Cultura popular no Brasil**. São Paulo: Ática (Princípios), 1987.
 ARANTES, A. A. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
 COLI, Jorge. **O que é arte**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
 MOURA, C. E. M. **Arte e religiosidade afro-brasileira**. São Paulo, Câmara brasileira do livro, 1994.
 PIMENTEL, João Carlos. **Representações sobre a pele: a pintura corporal como referência social e estética pöhkrákanela**. São Luís, 2005. Trabalho de Conclusão de Especialização em História do Maranhão – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2005.

16.3 Núcleo de Formação Pedagógica

FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (60h)

Ementa: Compreensão da educação como fenômeno político, histórico, social e cultural. A construção histórica da modernidade escolar, mudanças e permanências da prática educativa. História da educação da antiguidade aos nossos dias. Inter-relações entre elementos da História da Educação do Brasil. Educação das relações étnico-raciais e alguns elementos históricos e culturais dos afro-descendentes.

Referências Básicas

GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.
 PILETTI, Claudino. **História da educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2012.

Referências complementares

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC-SECAD/SEPPIR/INEP, 2005.
 GUITALDELLI Júnior, Paulo. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
 MANACORDA, Mario Alighieri. **História da Educação da Antiguidade aos Nossos Dias**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
 ROSA, Maria da Glória. **História da Educação através dos textos**. São Paulo: Editora Pensamentos, 2010.
 STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. 3. Editora Vozes: São Paulo, 2009.

FUNDAMENTOS DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO (45h)

Ementa: Filosofia e educação. Concepção e importância da Filosofia para a educação. Filosofia e prática docente. Introdução às teorias filosóficas da educação a luz dos autores clássicos e contemporâneos. Relações entre: educação e trabalho, educação e poder, educação e cultura. Multiculturalismo.

Referências Básicas

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2009.
 CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
 SEVERINO, A. J. **Filosofia da Educação: Construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.

Referências complementares

DALBOSCO, Cláudio A.; PAGNI, Pedro A.; GALLO, Silvio (orgs.). **Filosofia da educação como práxis humana**. São Paulo: Cortez, 2016.
 MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
 PEIXOTO, Adão José (Org.). **Filosofia, educação e cidadania**. Campinas: Alínea, 2001, p. 19-70.
 SAVIANI, Demerval. **História da idéias pedagógicas o Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2008.
 SEVERINO, A. J. **Filosofia da Educação: Construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.

FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO (60h)

Ementa: Psicologia: história, conceito, objeto de estudo e campos de aplicação. A Psicologia como conhecimento científico. Psicologia e sua relação com a educação. Correntes teóricas da psicologia e suas repercussões na educação. O normal e o patológico. Fracasso escolar. Análise de situações-problemas do processo de ensino e aprendizagem com base no suporte teórico da psicologia.

Referências Básicas

BOCK, Ana M. Bahia et al. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo, Saraiva, 1995.
 CARRARA, Kester (org.). **Introdução à Psicologia da Educação**: Seis Abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.
 DAVIS, Claudia. OLIVEIRA, Zilma. **Psicologia na Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

Referências Complementares

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia do desenvolvimento humano**. Petrópolis: Vozes, 1997.
 CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da Aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1998.
 CARRARA, Kester (Org.). **Introdução à psicologia da educação**: seis abordagens. São Paulo: AVercomp, 2004.
 PILETTI, Nelson. **Psicologia da aprendizagem**: teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo: Contexto, 2011.
 RIES, B. & RODRIGUES, E. (Org.) **Psicologia e educação**: fundamentos e reflexões. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO (60h)

Ementa: A educação como processo social. Estudo das relações entre estado, sociedade e educação, com base nas teorias sociológicas clássicas e contemporâneas. A organização da vida social. Análise da relação entre sociedade e educação no Brasil com ênfase no contexto dinâmico e complexo no qual as práticas educativas estão inseridas. O objeto e o método da Sociologia em Durkheim, Marx e Weber. Educação e a organização da cultura em Gramsci. Educação e teoria da prática em Bourdieu.

Referências Básicas

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos. 1973.
 RODRIGUES, ALBERTO TOSI. **Sociologia da Educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
 TURA, Maria de Lourdes Rangel (org). **Sociologia para educadores**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

Referências Complementares

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 3.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
 DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
 GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social**: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Weber. Lisboa: Presença, 1989.
 SOUSA, João Valdir Alves de. **Introdução a sociologia da educação**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2015.
 WEBER. Ação Social e relação social. In: FORACCHI, M.M., MARTINS, J. de S. (org.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1997.

DIDÁTICA (60h)

Ementa: Dimensões político-sociais, técnicas e humanas da Didática e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem. O papel da Didática na formação do educador. A relação ensino-aprendizagem e seus elementos constitutivos. Tendências pedagógicas da prática escolar. A organização do processo didático-pedagógico: planejamento didático, planejamento interdisciplinar, aula como forma de organização do ensino, currículo escolar, planejamento educacional e avaliação educacional. A relação professor/aluno no contexto da sala de aula.

Referências Básicas

CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão**. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
FAZENDA, I. (Org). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papyrus. 1998.
LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Referências complementares

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. 1. ed. São Paulo: 2007.
SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?** Critérios e instrumentos. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 35. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto políticopedagógico. 15. ed. São Paulo: Libertad, 2006.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino**: por que não? 21. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (60h)

Ementa: História da evolução da educação especial. Documentos internacionais e legislação brasileira. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Conceituação de inclusão escolar. Princípios e fundamentos da inclusão escolar. Aspectos necessários para promover a inclusão escolar.

Referências Básicas

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2009.
JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
SKLIAR, Carlos; CECCIM, Ricardo Burg; LULKIN, Sérgio Andrés, BEYER, Hugo Otto, LOPES, Maura Corcini. **Educação e Exclusão**: abordagens Sócio-antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 2006.

Referências complementares

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
BECKER, Fernando. **Educação e Construção do Conhecimento**. Artmed: Porto Alegre, 2001.

BAPTISTA, Cláudio Roberto (org.) **Inclusão e Escolarização: Múltiplas Perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

GRACINDO, Regina Vinhaes (org.) [et al] **Educação como exercício da Diversidade: estudos em Campos de desigualdades sócio-educacionais**. Liber Livro Ed.: Brasília, 2007.

PACHECO, José, EGGERTSDÓTTIR, Rósa, GRETAR, L. Marinósson. **Caminhos para Inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO (60h)

Ementa: A estrutura política da sociedade brasileira. O papel do Estado em relação à educação. Políticas Públicas em Educação: definições e questões. A Legislação Educacional: Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação, e legislação referente ao Estado Federativo. A organização do sistema educacional brasileiro. Programas de gestão, financiamento e avaliação da educação básica.

Referências Básicas

BRZESZINSKI, Iria. (Org.). **LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. São Paulo: Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de.; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NEY, Antonio. **Política Educacional: organização e estrutura da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.

Referências Complementares

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. São Paulo: Papyrus, 1997.

ERICEIRA, Conceição de Maria Nascimento Garcês; ROXO, Malila da Graça Abreu; BULHÃO, Rita Maria Torquato Fernandes. As políticas de financiamento da educação no Brasil: do FUNDEF ao FUNDEB. In: COUTINHO, Adelaide Ferreira (org.). **Reflexões sobre Políticas Educacionais no Brasil: consensos e dissensos sobre a educação pública**. São Luís: EDUFMA, 2009.

GENTILI, P.; SILVA, Tomás T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Direito à Educação: A LDB de A a Z**. São Paulo: Avercamp, 2008.

LIBRAS (60h)

Ementa: Contexto histórico e políticas de educação para surdos no mundo e no Brasil. Surdez (grau-tipo-causa). Filosofias da Educação de Surdos (Oralismo; Comunicação Total e Bilinguismo). Língua *versus* Linguagem. Estudos Linguísticos da LIBRAS. Intermodalidades linguísticas e Semiótica. Aspectos socioculturais das línguas de sinais. Estruturas Gramaticais: Aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos. Semântica e Pragmática da LIBRAS. Formação de Professores com

conhecimentos básicos em LIBRAS.

Referências Básicas

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?** *Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LEITE, Tarcísio de Arantes; QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi. **Estudo da Língua Brasileira de Sinais**. Florianópolis: Insular, 2013.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências complementares

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a libras**. São Paulo: Parábola, 2012.

LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

LUZ, Renato Dente. **Cenas Surdas: os surdos terão lugar no coração do Mundo?** São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MONTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO (60h)

Ementa: Políticas públicas para Informática Educativa. Classificação/Usos de softwares educacionais. A Internet como tecnologia para construção de conhecimentos. As novas tecnologias aplicadas à educação. Aspectos técnicos necessários ao professor no desempenho das TICs, com ênfase em questões pedagógicas no processo ensino/aprendizagem. Redessociaisna Internet.

Referências Básicas

COX, Kenia Kodel. **Informática na Educação Escolar**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

LEITE, Ligia Silva (coord.) **Tecnologia Educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na Educação: novas ferramentas para o professor na atualidade**. 7. ed. São Paulo: Érica, 2010.

Referências Complementares

ALBERNAZ, Jussara Martins. **IMPLEMENTAÇÃO DE SOFTWARES EDUCATIVOS LIVRE PELA ESCOLA: formação de educadores e impacto na política de inclusão digital**. Disponível em:

<http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/171.pdf>. Acesso em: 15 de mar. 2017.

LOPES, José Junio. A introdução da informática no ambiente escolar. Disponível em: <<http://www.clubedoprofessor.com.br/artigos/artigojunio.pdf>>.

MORAN, José Manuel. Mudar a forma de aprender e ensinar com a internet. In:

Salto para o futuro: TV e informática na educação. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, 1998. 112 p. Série de Estudos Educação a Distância.

REVISTA NOVA ESCOLA. Computador na Educação: modo de usar. Disponível em: fev/2013.

VALENTE, José Armando. Análise dos diferentes tipos de software usados na educação. In: Salto para o futuro: TV e informática na educação. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, 1998. 112 p. Série de Estudos Educação a Distância.

EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Ementa: Histórico da Educação Ambiental. Políticas de Educação Ambiental. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Vertentes contemporâneas em Educação Ambiental. Educação Ambiental no ambiente urbano, rural e em unidades de conservação. Projetos de Educação Ambiental: planejamento, execução e avaliação. Representatividade do meio ambiente nos textos literários e não literários.

Referências Básicas

BERTRAND, Yves; VALOIS, Paul & JUTRAS, France. **A Ecologia na Escola** – inventar um futuro para o planeta. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

DIAS, G. F. **Educação ambiental:** princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2010.

MORIN, Edgar. **O Método:** a natureza da Natureza. Mem Martins: Publicações América LDA, 1997.

Referências Complementares

BOFF, Leonardo. **Ecologia:** Grito da Terra, Grito dos Pobres. São Paulo: Ática, 1995.

MORIN, Edgar. **A Decadência do Futuro e a Construção do Presente.** Florianópolis, SC: edUFSC, 1993.

PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental em diferentes espaços.** São Paulo: Signus, 2007.

PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** São Paulo: Manole, 2004.

SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação ambiental:** pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Ementa: Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos.

Referências Básicas

CANDAU, Vera Maria; SCAVINO, Susana (org.). **Educação em Direitos Humanos:** temas, questões e propostas. Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et alli. **Educação em direitos humanos e formação de professores/as**. São Paulo: Cortez, 2013.
 FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (org.). **Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.

Referências Complementares

ANDRADE, Marcelo. **É a educação um direito humano?** Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. Revista de Educação, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.
 CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
 CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.
 PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
 SACAVINO, Susana (Org.). **Educação em direitos humanos: pedagogias desde o sul**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO (60h)

Ementa: Competências e habilidade no ensino de Língua Portuguesa. Eixos estruturantes do ensino de Língua Portuguesa: oralidade, leitura, análise linguística e produção textual.

Referências básicas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
 BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC, 2000.
 MENDONÇA, Márcia; BUNZEN, Clécio (Orgs). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.

Referências Complementares

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples**. São Paulo. Parábola, 2014.
 BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matriz de Referência para o ENEM**: Brasília, 2009.
 BRASIL. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira; Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências. **Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB. (1997)**. Brasília: MEC/Inep/Daeb, 2000.
 DIONÍSIO, Angelapaiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
 NININ, Maria otília Guimarães. **Da pergunta como ato monológico avaliativo à pergunta como espaço para expansão dialógica: uma investigação à luz da Linguística Aplicada sobre modos de perguntar**. São Carlos: Pedro & João editores, 2013.

16.4 Prática como Componente Curricular

OBSERVAÇÃO ETNOGRÁFICA DA REALIDADE ESCOLAR (60h)

Ementa: Observação em escolas do ensino fundamental nas séries finais e do ensino médio. Diagnóstico da comunidade. Diagnóstico da escola e seus profissionais. Metodologias de ensino. Análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola. Elaboração de relatório de diagnóstico.

Referências Básicas

ANDRÉ, M. E. D de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.^[11]
 ANDRÉ, Marli E. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas, Papyrus, 2001.
 BARBIER, R. **A pesquisa-ação na instituição educativa**, RJ. Zahar, 1985.

Referências Complementares

CANDAU, Vera (org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.
 ERICKON, Frederick in COX, Maria Inês Pagliarini e PETERSON, Ana Antonio de (org.). **Cenas de sala de aula**. Campinas. Mercado das Letras, 2001.
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
 PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
 VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola – Uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 2001.

METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA (60h)

Ementa: Aspectos teórico-práticos relacionados ao ensino de Língua Portuguesa na integração dos eixos: oralidade, leitura, produção textual e análise linguística. Análise e produção de material didático: sequências didáticas e planos de aula. Análise de livros didáticos, a partir de critérios pré-estabelecidos.

Referências básicas

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
 ROJO, Roxane (Org.) (2000) *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: EDUC, 2000. Campinas: Mercado de Letras.
 SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

Referências Complementares

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
 _____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC, 2000.

HENRIQUES, Claudio Cezar; PEREIRA, Ma. Teresa Gonçalves. **Língua e transdisciplinaridade**: rumos, conexões, sentidos. São Paulo: Contexto, 2002.
 OLIVEIRA, Maria Marly de. **Sequência didática interativa no processo de formação de professores**. São Paulo: Vozes, 2013
 ROJO, R; BARBOSA, J. P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola, 2015.

METODOLOGIA DO ENSINO DE LITERATURA (60h)

Ementa: A leitura no ensino fundamental. A teoria da literatura e a leitura na escola. Observação de aulas de leitura no ciclo fundamental. As atividades docentes. planejamento, execução e avaliação. Preparo de plano de aula e material didático. Estágio supervisionado.

Referências Básicas

BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia; KLEIMAN, Ângela B.(et al). **Português no Ensino Médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
 COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.
 PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. **Metodologia do ensino de língua portuguesa e literatura**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

Referências Complementares

BECKER, Gislaine. **(Re)Pensar a Educação e o Ensino da Literatura**. Revista Espaço Acadêmico, nº 105, fev. 2010. Disponível em:
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9316/0>.
 FARIAS, Alyere Silva; SOUZA, Andréa Grace Silva de; ALVES, José Hélder Pinheiro (orientador). **A literatura no Ensino Médio: diálogo entre experiências**. Associação de leitura no Brasil Anais 16. Universidade Federal de Campina Grande–PB. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem11pdf/sm11ss08_05.
 MORAES, Denise Rosana da Silva; GOMES, Iara de Oliveira; TERUYA, Teresa Kazuko. **Formação continuada de professores e professoras: o PDE/PR**. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n. 43, p. 183-201, set. 2011. Disponível em:
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43/art13_43
 NIERO, Pamela. **Ensino de literatura no Ensino Médio e a (de)formação de leitores**. Revista Língua e Educação. 2. ed. jul./2010. Disponível em:
http://www.linguaeduacao.net/press/artigo_025_0710.pdf
 SILVA, Ivanda Maria Martins. **Literatura em sala de aula: da teoria literária à prática escolar**. Anais do Evento PG Letras 30 Anos. Vol. I. Disponível em:
<http://www.pgletras.com.br/Anais-30-Anos/Docs/Artigos/5>. Melhoresteses e dissertações/5.2_Ivanda.

OBSERVAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO FUNDAMENTAL/MÉDIO) (90h)

Ementa: Observação e reflexão sobre a prática pedagógica de Língua Portuguesa e de Literatura no ensino Fundamental e Ensino Médio. Análise de materiais didáticos da escola: planos de ensino, planos de aula, livro didático, projetos pedagógicos na área de leitura e produção textual. Investigações sobre os serviços oferecidos à

comunidade pela escola.

Referências básicas

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008
 DIONÍSIO, Ângelo Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.) **O livro didático de português**: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucena, 2001.
 GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Referências Complementares

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
 BORDENAVE, J. Díaz; PEREIRA, Adair M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
 HENRIQUES, Cláudio Cezar; PEREIRA, Ma. Teresa Gonçalves. **Língua e transdisciplinaridade**: rumos, conexões, sentidos. São Paulo: Contexto, 2002.
 MARANHÃO. Governo do Estado. Supervisão de Acompanhamento Curricular de Ensino Médio. **Referenciais curriculares do ensino médio do estado do Maranhão**. São Luís: Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano, s.d.
 _____. Gerência de Desenvolvimento Humano. **Proposta curricular: ensino fundamental – 5ª. à 8ª. Série**. São Luís, 2000.

METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA (PROJETO INTERDISCIPLINAR) (90h)

Ementa: Pesquisa, análise e intervenção sobre o ensino de Língua Portuguesa e Literatura no espaço escolar. Pesquisa sobre o perfil do professor e metodologias usadas no ensino de Língua Portuguesa e Literatura. Análise do rendimento escolar em avaliações externas. Elaboração e aplicação de projeto interdisciplinar.

Referências básicas

GANDIN, Adriana Beatriz. **Metodologia de projetos na sala de aula**: relato de uma experiência. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
 MARCUSCHI, Beth. O que nos dizem o SAEB e o ENEM sobre o currículo de Língua Portuguesa para o Ensino Médio. In: BUZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (Orgs.). **Português no ensino médio e formação de professor**. São Paulo; Parábola, 2006.
 KLEIMAN, Ângela; MORAES, Sílvia E. **Leitura e interdisciplinaridade**: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

Referências Complementares

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matriz de Referência para o ENEM**: Brasília, 2009.
 _____. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira; Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências. **Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB**. (1997). Brasília: MEC/Inep/Daeb, 2000.
 _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2009.
 SUASSUNA, Livia; MELO, Iran Ferreira de; COELHO, Wanderley Elias. O projeto didático: forma de articulação entre leitura, literatura, produção de texto e análise linguística. In: BUZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (Orgs.). **Português no ensino médio e formação de professor**. São Paulo: Parábola, 2006.

SEMINÁRIO TEMÁTICO: VIVÊNCIAS DE PRÁTICAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA (45h)

Ementa: Socialização da vivência de pesquisa, análise e intervenções realizadas no espaço escolar, promovendo a conectividade entre Língua Portuguesa e Literatura, em associação com outras áreas do conhecimento.

Referências básicas

FAZENDA, Ivani. O desafio metodológico de formar professores pesquisadores na interdisciplinaridade. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **Interdisciplinaridade** - Pensar, Pesquisar e Intervir. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

PONTES, Aldo et.al. **Educação e formação de professores: reflexões e tendências atuais**. São Paulo: Zouk, 2004.

Referências Complementares

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples**. São Paulo: Parábola, 2014.

DIONÍSIO, Angela Paiva, MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ELIAS, Vanda Maria. **Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita, leitura**. São Paulo: Contexto, 2004.

MENDONÇA, Márcia; BUZEN, Clécio (Orgs) **.Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Os seminários. In: **Práticas acadêmicas e o ensino universitário: uma etnografia das formas de consagração e transmissão de saber na universidade**. Niterói: EdUFF, 1999.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **SRSES** - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Portaria 72/2015 de 29/01/2015. Reconhecimento de Cursos. Brasília (DF), 2015.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP 2/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília (DF), 2015.

_____. Ministério da Educação. **CONAES** - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior aprovou a Resolução no 1/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências, com fundamento no inciso I, art. 6o da Lei no 10.861, Brasília(DF), 2010.

_____. Ministério da Educação. **Institui o e-MEC**, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília(DF), 2007.

_____. Ministério da Educação. **Portaria No 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. Brasília (DF), 2004.

_____. Ministério da Educação. CNE/CES. Resolução 02/2004. Adia o prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília (DF), 2004(a).

_____. Ministério da Educação. CNE/CP. **Parecer 03/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília (DF), 2004(b).

_____. Ministério da Educação. CNE/CP. **Resolução 01/2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília (DF), 2004(c).

_____. Ministério da Educação. **CNE/CP**. Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena. Resolução CNE/CP 01/2002. Brasília (DF), 2002.

_____. Ministério da Educação. **CNE/CES**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design. Brasília (DF), 2002(a).

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP 9/2001**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Brasília (DF), 2001.

_____. Ministério da Educação. Dá nova redação ao **Parecer CNE/CP 21/2001**, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília (DF), 2001(a).

_____. Ministério da Educação. **SESU**. Subsídios para a elaboração de propostas de diretrizes curriculares gerais para as licenciaturas. Brasília (DF), 1999.

_____. Ministério da Educação. **SESU**. Diretrizes Curriculares Gerais para as Licenciaturas. Brasília (DF), 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Arte**. Brasília: MEC-SEF, 1997.

_____. Presidência da República. Lei Nº 13.278. Altera o § 6º do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília (DF), 2016.

_____. Presidência da República. **Lei Nº 13.146**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília (DF), 2015.

_____. Presidência da República. Lei Nº 13.005. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília (DF), 2014.

_____. Presidência da República. **Lei 11.769**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília (DF), 2008.

_____. Presidência da República. **Decreto 5.773**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Brasília (DF), 2006.

_____. Presidência da República. Decreto 5.622. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Brasília (DF), 2005.

_____. Presidência da República. **Lei Nº 10.861**. Institui o **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES** e dá outras providências. Brasília (DF), 2004.

_____. Presidência da República. **Lei 9394. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília (DF), 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

STEFFENS, Lilian Vasconcelos. **PPC do Curso de Pedagogia**. Campo Limpo Paulista: FACCAMP, 2011.

UFMA. Universidade Federal do Maranhão. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 1.175/2014 – CONSEPE, de 21 de julho de 2014**. Aprova as normas regulamentadas dos cursos de graduação da UFMA. São Luis (MA), 2014.

_____. Universidade Federal do Maranhão. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 837/2011 – CONSEPE**, de 05 de maio de 2011. Cria as normas regulamentares do planejamento acadêmico relativas à distribuição dos encargos docentes - acadêmicos e administrativos - e dá outras providências. São Luis (MA), 2011.

_____. Universidade Federal do Maranhão. CONSUN. **Resolução n.º 138/2010 – CONSUN, de 24 de maio de 2010**. Aprova a criação do Curso de Linguagens e Códigos — no Campus de São Bernardo. São Luis (MA), 2010.

_____. Universidade Federal do Maranhão. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução n.º 90/99 – CONSEPE, de 09 de fevereiro de 1999**. São Luis (MA), 1999.

Atributos docentes

Nome Completo	CPF	E-Mail	Perfil (tutor/ docente)	Titulação Máxima	Regime de Trabalho	Vínculo Empregatício	Tempo de vínculo	Formação pedagógica	Artigos na área	Artigos em outras áreas
THECIANA SILVA SILVEIRA	3051972312	THECIANA.SILVEIRA@GMAIL.COM	DOCENTE	DOUTORADO	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	EFETIVO	1 ANO	LICENCIATURA EM LETRAS	5	0
Janine Alessandra Perini	020847509-54	janine.perini@ufma.br	docente	doutorado	DE	Efetivo	9 anos e 9 meses	Licenciatura em Educação Artística	13	0
Rayron Lennon Costa Sousa	4017418341	rayron.sousa@ufma.br	Docente	Doutorado	40h-DE	Efetivo	7 anos e 3 meses	Licenciatura em Letras - Português/Es	14	
Fabrcio Tavares de Moraes	074.199.696-04	fabrcio.tavares@ufma.br	Docente	Doutorado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	Efetivo	3 anos e 10 meses	Licenciatura em Letras - Português/Lic	14	0
José Marcelo Costa dos Santos	959474003-59	marcelo.jose@ufma.br	Docente	Doutorado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	Efetivo	7 meses	Licenciatura em	3	1
Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho	779492183-04	marcelo.nicomedes@ufma.br	Docente	Doutorado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	Efetivo	7 anos e 8 meses	Licenciatura em Letras	39	
Claudia Letícia Gonçalves Moraes	011.250.293-82	claudia.moraes@ufma.br	Docente	Doutorado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	Efetivo	8 anos e 10 meses	Português e Licenciatura em Letras - Português / Licenciatura em	15	1
Bergson Pereira Utta	467440533-53	bergson.utta@ufma.br	Docente	Doutorado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	Efetivo	10 anos e 1 dia	Pedagogia Licenciatura em	47	
Maira Teresa Gonçalves Rocha	77402308391	rocha.maira@ufma.br	Docente	Doutorado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	EFETIVO	12 anos e 4 meses	Licenciatura em Educação Artística	11	
Katia Cilene Ferreria França	467.462.003-10	katia.franca@ufma.br	docente	Doutorado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	EFETIVA	12anos e 6 meses	Licenciatura em Letras- Português	7	1
Eliane Pereira dos Santos	421.108.743-68	eliane.ps@ufma.br	Docente	Doutorado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	EFETIVA	7 anos e 5 meses	Licenciatura em Letras Português	12	0
Thiago Pereira Lima	004.728.903-10	tp.lima@ufma.br	Docente	Doutorado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	EFETIVO	9anos e 9 meses	Ciências Sociais	2	
Maria Francisca da Silva	766.428.603-49	mf.silva@ufma.br	Docente	Doutorado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	EFETIVA	9anos e 9 meses	Licenciatura em Letras Português e Espanhol	6	
Karine Martins Sobral	856.259.143-20	karine.sobral@ufma.br	Docente	Doutorado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	EFETIVA	9anos e 9 meses	Licenciatura em Pedagogia	6	
Similson Moreira Rodrigues	288.236.643-49	em.rodrigues@ufma.br	Docente	Doutorado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	EFETIVA	12anos e 6 meses	Licenciatura em Letras	6	
Rachel Sousa Tavares	847.171.733-68	rs.tavares@ufma.br	Docente	Doutorado	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	EFETIVA	12anos e 6 meses	Licenciatura em	3	

Livros na área	Livros em outras áreas	Trabalhos - completos	Trabalhos - resumos	Traduções	Patente depositada	Patente registrada	Projetos artísticos/culturais	Produção didático-pedagógica
ORGANIZAÇÃO E CAPÍTULOS - 14	0	9	35	0	0	0	0	0
	2	0	25		0	0	0	21
	5	0	3	5				
	2	1	12	2	5	0	0	0
Autoria e Capítulos -13			13	14	0	0	0	0
capítulos de livro 10		0	13	28	0	0	0	0
Organização de livro -1 capítulos de livro - 9			4	7	0	0	0	0
	1		10	3				5
1 livro + 5 capítulos			5	10				1
5 capítulos de livro		0	12	3	0	0	0	0
	2		5					1
	4		7	11				1
	3		15	16				1
1livro+4			5	6				
	1		6					